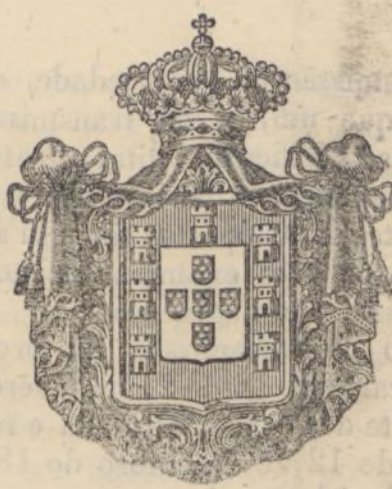


ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	3\$040
Anuncios, por linha	3\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escritorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	3\$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 c 226.

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º semestre e 3.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

COM ESTAMPILHA	
Semestre	6\$600 réis
Trimestre	3\$600
SEM ESTAMPILHA	
Semestre	5\$600 réis
Trimestre	3\$000

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os sr.s assignantes do 1.º semestre e 2.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Suas Magestades passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL
3.ª Repartição—1.ª Secção

Tendo-me exposto a camara municipal de Meda, na representação que elevou á minha real presença, os grandes prejuizos que têm resultado á fazenda do municipio de serem julgadas no juizo de policia correccional as causas sobre coimas, policia municipal ou transgressões de posturas; e pedindo por isso a revogação do decreto de 17 de fevereiro de 1859, pelo qual foi transferido dos juizes eleitos para o juizo correccional o julgamento das ditas causas: hei por bem, conformando-me com a informação documentada do governador civil do distrito da Guarda, que confirma as razões de utilidade publica e municipal, allegadas pela camara supplicante, e usando da faculdade concedida ao governo pela lei de 18 de abril do anno proximo passado, revogar o referido decreto de 17 de fevereiro de 1859, a fim de que nas freguezias que compõem o concelho de Meda reverta para os respectivos juizes eleitos o processo e julgamento das causas de coimas, policia municipal ou transgressões de posturas.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios do reino, e dos negocios ecclesiasticos e de justica, assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 2 de junho de 1860.—REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

5.ª Repartição

Pela direcção geral de instrucção publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de sessenta dias, que principiará em 25 do corrente mez, perante os respectivos commissarios dos estudos, as cadeiras de instrucção primaria (1.º grau) de Ervidel e Santa Cruz, no distrito de Beja; Valdeu e Villa Corva, no de Braga; Alhadra, no de Coimbra; S. Bartholomeu da Charneca, no de Lisboa; S. Sebastião de Darque, no de Vianna do Castelo; Villa da Ponte, no de Villa Real; freguezia das Antas e Oliveira do Conde, no de Vizeu; e perante o governador civil do distrito de Castello Branco a cadeira de igual disciplina e grau do lugar da Capinha; cada uma com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pelas camaras municipaes respectivas.

Os que pretenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parcho, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concellos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidão de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde provem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 18 de junho de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTICA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo da Guarda, com o resultado do concurso a que mandei proceder, na conformidade dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito, para o provimento da cadeira capitular da respectiva sé cathedral, vaga por obito do seu ultimo e immediato possuidor Joaquim Manuel da Fonseca Abreu Castello Branco; e attendendo eu a que o presbytero Manuel Garcia de Carvalho, um dos oppositores que compareceu no dito concurso, alem de condecorado com o grau de bacharel formado em theologia pela universidade de Coimbra, e de possuir por tanto a habilitação scientifica requerida no artigo 4.º do citado decreto, se torna, segundo o parecer do mesmo reverendo bispo, merecedor de contemplação por seu regular comportamento: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero Manuel Garcia de Carvalho de o apresentar no referido canonico da sé cathedral da Guarda, vago por obito do seu ultimo e immediato possuidor Joaquim Manuel da Fonseca Abreu Castello Branco; com a obrigação annexa de ensino das disciplinas ecclesiasticas no respectivo seminario diocesano por tempo de doze annos, na conformidade dos artigos 1.º e 2.º do citado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justica assim o tenha entendido e

faça executar. Paço das Necessidades, em 29 de fevereiro de 1860.—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo da Guarda, com o resultado do concurso a que mandei propeder, na conformidade das disposições dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito, para o provimento do canonico da respectiva sé cathedral, vago por obito do seu ultimo e immediato possuidor Francisco Joaquim Telles Jordão; e attendendo eu a que o presbytero Francisco Manuel Martins Manso, um dos oppositores que compareceu no dito concurso, alem de ser condecorado com o grau de bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e de possuir por tanto a habilitação scientifica requerida no artigo 4.º do referido decreto, se torna, segundo o parecer do mesmo reverendo prelado, merecedor de contemplação por sua compostura de costumes: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero e bacharel Francisco Manuel Martins Manso, de o apresentar no sobredito canonico da sé cathedral da Guarda, vago na forma acima declarada; com a obrigação annexa de ensino das disciplinas ecclesiasticas no respectivo seminario diocesano pelo prazo de doze annos, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do citado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justica assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 27 de fevereiro de 1860.—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES INDIRECTAS

Tendo sido presente a Sua Magestade El-Rei que em diversas alfandegas do reino têm sido entregues, sob fianças, mercadorias apprehendidas por descaiminho, de que resulta serem essas mercadorias introduzidas no consumo sem previo pagamento dos respectivos direitos, o que é inadmissivel em presença das disposições que regulam a arrecadação de taes direitos: ha por bem o mesmo augusto senhor, conformando-se com o parecer emitido sobre este assumpto pelo conselheiro director geral das alfandegas e contribuições indirectas, determinar que a entrega, sob fiança, de mercadorias apprehendidas só se leve a effeito depositando os interessados os respectivos direitos, quer a fiança seja prestada perante as autoridades judicias, quer o seja perante as autoridades fiscaes; devendo a importancia d'esses direitos ser dada em receita quando as tomadias forem a final declaradas improcedentes, ou restituídas competentemente, quando as mesmas tomadias forem julgadas procedentes e as multas tenham satisfeita a somma affiançada e as multas respectivas.

O que pela direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas se comunicará a quem competir.

Paço, em 12 de junho de 1860.—José Maria do Casal Ribeiro.

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOES NATIONAES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSOES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,

COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em títulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inhibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposições posteriores.

Lista 4752

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRITO DE PONTE DELGADA

CONCELHO DA LAGOA

Inventário n.º 481

27434 Fóro de 750 réis, imposto em uma casa terrea telhada, sita na rua de Cima: confronta pelo norte com caminho publico, e pelo sul com José Maria de Puga. Emphyteuta João Correia de Pimentel—13\$125.

27435 Fóro de 200 réis, imposto em uma casa com seu quintal, sita na rua de Cima: confronta pelo norte com Quiteria Joaquina, e pelo sul com caminho publico. Emphyteuta Maria Jacinta—3\$500.

Inventário n.º 479

27436 Fóro de 500 réis, imposto em uma quarta de quinta, sita nas Lages: confronta pelo norte com Luiz de Faria Afonso, e pelo sul com Pedro de Pontes. Emphyteuta Manuel Joaquim de Sousa—8\$750.

27437 Fóro de 1\$000 réis, imposto em meio alqueire de quinta, sita nas Lages: confronta pelo norte com Manuel Joaquim de Sousa, e pelo sul com José Pereira Cabral. Emphyteuta Pedro de Fontes—17\$500.

Inventário n.º 485

27438 Fóro de 500 réis, imposto em uma casa terrea, com seu quintal, no Porto dos Carneiros: confronta pelo norte com D. Antonia Carolina Moreira, e pelo sul com rua publica. Emphyteuta João de Medeiros Marante—8\$750.

27439 Fóro de 700 réis, imposto em uma casa

terrea no lugar do Theatro: confronta pelo norte com rua publica, e pelo sul com Francisco da Ponte. Emphyteuta Antonio do Rego Cardoso—12\$250.

27440 Fóro de 800 réis, imposto em uma casa terrea, com seu quintal, no lugar do Cabouco: confronta pelo norte com José Jacinto de Almeida, e pelo sul com caminho publico. Emphyteuta Anna Rosa de Medeiros—14\$000.

27441 Fóro de 514 1/2 réis, imposto em alqueire e meio de vinha, sita na Xaramuga: confronta pelo norte com João Martins Mantua, e pelo sul com os herdeiros do morgado Diogo. Emphyteuta Antonio de Oliveira—9\$003.

27442 Fóro de 514 1/2 réis, imposto em alqueire e meio de vinha, sita na Canada da Xaramuga: confronta pelo norte com Alexandre José Pacheco, e pelo sul com Antonio Jacinto Borges. Emphyteutas os herdeiros de Manuel Botelho, da Atalhada—9\$003.

27443 Fóro de 400 réis, imposto em uma casa

terrea, sita no Theatro: confronta pelo norte com caminho publico, e pelo sul com Joaquim de Medeiros. Emphyteuta Francisco José da Ponte—7\$000.

27444 Fóro de 300 réis, imposto em doze alqueires de vinha, sita na Canada do Bago: confronta pelo norte com Antonio Jacinto Jorge, e pelo sul com o barão da Fonte Bella. Emphyteuta João José Tavares de Sousa, de S. Roque—5\$250.

Inventário n.º 486-A

27445 Fóro de 400 réis, imposto em dois alqueires e meio de vinha, sita no Pombal da Lagoa: confronta pelo norte com Francisca Tavares, e pelo sul com Manuel de Pimentel Carvalho. Emphyteuta D. Maria Claudina Velho Quintanilha—7\$000.

27446 Fóro de 350 réis, imposto em uma casa, sita na Canada das Vinhas da Lagoa: confronta pelo norte com grotta do capitão Joaquim José de Medeiros, e pelo sul com casas de Miguel Francisco Tavares. Emphyteuta Francisco Pereira—6\$125.

Relação n.º 90, com referencia ao distrito de Villa Real, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito distrito, a fim de ser entregue ao interessado, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO	REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO				VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO	OBSERVAÇÃO
	DOS QUE TÊM CONSIDERACÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM CONSIDERACÃO ESPECIAL	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO		
—	11.901	Prestações	16	José Antonio, egresso	Prestacionado	72\$000 6\$000 Começa o abono em 25 de abril ultimo.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 11 de junho de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

1.ª Direcção—4.ª Repartição

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haverem requerido Luiza Maria, e Thezera do Jesus, o abono dos vencimentos que ficaram em divida a seu fallecido irmão José Antonio, espingardeiro que foi do regimento de cavallaria n.º 6; para que, se houver alguém que se julgue com melhor direito á recepção dos ditos vencimentos, o venha deduzir dentro do prazo de sessenta dias contados da publicação d'este annuncio, findo o qual será a pretensão das supplicantes decidida como for de justica.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Por officio do consul do Portugal no Ceará, datado de 28 de março ultimo, consta ter ali fallecido o subdito portuguez Antonio Nunes do Mello, natural da ilha do Pico, casado, de 66 annos de idade.

Em officio datado do 1.º de maio do presente anno participou o consul do Portugal no Maranhão o fallecimento dos seguintes subditos portuguezes: João da Silva Vieira Braga.

Antonio Alves Cordeiro, de 63 annos de idade, filho de Francisco Alves Cordeiro.

Caetano Raymundo Teixeira, filho de Manuel José Teixeira, solteiro, de 25 annos de idade, natural do Porto.

Antonio Gomes da Silva Braga, de 53 annos de idade.

O que se faz publico para conhecimento dos interessados.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 9 de junho de 1860.—Emilio Achilles Monteverde.

Por officio do consul geral de Portugal no Mexico, datado de 29 de abril ultimo, consta ter ali fallecido ab-intestato o subdito portuguez Custodio de Sousa, solteiro.

O que se faz publico para conhecimento dos interessados, os quaes, para mais amplas informações, poderão dirigir-se a esta secretaria d'estado.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 18 de junho de 1860.—Emilio Achilles Monteverde.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Sua Magestade El-Rei, a quem foi presente o requerimento de varios accionistas da sociedade anonyma, denominada *credito mobil portuguez*, que tem a sua sede na cidade de Lisboa;

Considerando que os factos allegados n'aquelle requerimento são de summa importancia;

Considerando que o governo, como tutor dos interesses publicos, tem o incontestavel direito de vigiar o modo por que as sociedades anonymas correspondem á confiança que mereceram na epocha da sua formação;

Ha por bem determinar, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, que seja nomeada uma commissão de inquerito, composta dos cidadãos Antonio Thomaz Pacheco, Carlos Ferreira dos Santos e Silva, e Antonio Joaquim Ribeiro da Silva, a qual, sem por forma alguma se ingerir nos actos de administração d'esta sociedade, tome conhecimento dos factos allegados no requerimento, que deve servir de base ao inquerito, e de todos os outros que possam esclarecer o governo acerca das circumstancias em que se acha esta associação; e muito especialmente dos motivos por que se não tem dado cumprimento ás disposições do artigo 37.º dos estatutos, aprovados por decreto de 6 de dezembro de 1856, ouvindo os accionistas, queixosos e a direcção, a qual deverá ser intimada administrativamente, a fim de facilitar á commissão todos os documentos e informações de que ella possa carcer, devendo a mesma commissão dar ao governo, com urgencia, conta circumstanciada do resultado das suas indagações.

O que, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, se comunica aos membros da commissão para sua intelligencia e devidos effeitos. Paço das Necessidades, em 18 de junho de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mappa do movimento dos cereaes, e seus preços, em junho de 1860, nos dias abaixo designados

	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Entrada (nacionais	23	21	14	—	1	—	—	—	15	12
Entrada (estrangeiros	48	35	12	16	19	30	—	—	18	54
Saida	251	—	—	—	17	—	—	—	—	—
Existencia	15:137	56	526	22	1:459	46	565	—	363	37
Entrada (nacionais	11	54	86	30	418	16	—	—	—	—
Entrada (estrangeiros	10	42	6	36	139	39	—	—	—	—
Saida	92	4	4	—	—	—	—	—	—	—
Existencia	15:028	56	602	16	1:754	6	565	—	350	6
Preços	590 a 760		360 a 400		440 a 480		—		—	

Repartição de agricultura, em 19 de junho de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

Resumo do activo e passivo do banco commercial do Porto, em 31 de maio de 1860

ACTIVO	
Existencia em cofre em metal	350:679\$091
Letras descontadas a receber	869:744\$283
Emphyteuta sobre diversos penhores	188:420\$000
Emphyteuta ao governo para a nova alfandega	73:400\$000
Acções d'esto banco (custo ao banco)	6:780\$500
Títulos de divida publica (valor do balanço)	332:464\$472
Letras garantidas	6:778\$270
Liquidações	23:657\$385
Creditos diversos	377:749\$335
Emphyteuta forçada á junta do Porto em 1847	67:855\$000
Custo actual do edificio do banco, machinas, moveis, etc.	25:101\$870
	2:322:630\$206

PASSIVO	
Capital actual do banco	1:337:400\$000
Diversos depositantes	384:039\$364
Notas em circulação	472:010\$000
Dividendos a pagar	8:494\$250
Fundo de reserva	70:145\$000
Lucros e perdas	40:541\$592
	2:322:630\$206

Banco commercial do Porto, 1 de junho de 1860.—Os directores, Jeronymo de Sousa Guimarães—Balthazar José Martins.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 20 de junho de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

Para conhecimento de quem interessar se publica o seguinte

AVISO AOS NAVEGANTES

ATLANTICO, NORTE—COSTA DE HESPAÑIA—

PHAROL DE LUZ FIXA NA ILHA PANCHA

Por aviso do ministerio da marinha de Madrid, consta, que desde 30 de dezembro de 1859 seria accesa uma luz no pharol, que acabava de construir-se sobre a ilha Pancha, na margem do sul da raia de Biscaia, provincia de Lugo, costa da norte de Hespanha. O pharol tem uma luz branca e fixa, collocada a 79 pés de altura, acima do nivel medio do mar; a qual pôde avistar-se em tempo sereno a 9 milhas de distancia.

O apparelho de illuminação é dioptrico, ou de lentes de 5.ª ordem.

A torre do pharol, que tem 29 pés de altura, eleva-se 8 pés acima das casas dos pharoleiros: ambas são pintadas de branco.

O pharol demora na ilha Pancha, a qual está a 30 braças proximadamente de distancia da extre-

CONCELHO DE PONTE DELGADA

Inventário n.º 474-B

27447 Fóro de seis alqueires de trigo, imposto em um alqueire e tres quartas de vinha e terra, sita no Senhor dos Afflicto dos Feneas da Luz: confronta pelo norte com Manuel Cabral, e pelo sul com Francisco Rodrigues e com João Rebelo. Emphyteutas os herdeiros do dr. João Bento de Medeiros Mantua—58\$000.

CONCELHO DA POVOAÇÃO

Inventário n.º 481

27448 Fóro de 500 réis, imposto em uma casa, sita na villa da Povoação. Emphyteuta a camara municipal da mesma villa—8\$750.

Somma R. 188\$006

Declara-se que o laudêmio de 6 de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 30 de maio de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá lugar no sabbado 23 do corrente, sendo a ordem do dia a discussão do parecer n.º 24 sobre o project

Rocha, por seu filho Francisco, da freguezia de Alfama, concelho de Vallongo, districto do Porto.

Recurso n.º 445 — recorrente, Maria de Sousa Dias, viúva, por seu filho José Dias de Carvalho, da freguezia de S. Martinho do Campo, concelho de Vallongo, districto do Porto.

Recurso n.º 448 — recorrente, Maria Joaquina, por seu filho Joaquim, da freguezia de Aljubarrota, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 449 — recorrente, Antonio Marques, por seu filho José, da freguezia de Alfeizerão, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 450 — recorrente, João Maluco, filho de José Maluco, da freguezia de Sellir de Mattos, concelho das Caldas, districto de Leiria.

Recurso n.º 451 — recorrente, Antonio dos Santos, por seu filho Antonio, da freguezia de Aljubarrota, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 452 — recorrente, José de Sousa Morgado, por seu filho José, da freguezia de Pataias, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 453 — recorrente, Joaquim Antonio, por seu filho Francisco Antonio, da freguezia de Pataias, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 454 — recorrente, Joaquim Pereira, por seu filho José, da freguezia de Pataias, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 455 — recorrente, José Coelho, por seu filho João, da freguezia de Aljubarrota, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 459 — recorrente, Francisco Casarella, por seu filho Joaquim, da freguezia de Coz, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 462 — recorrente, José Miguel Simões, por seu filho Manuel, da freguezia de Pelma, concelho de Alvaizere, districto de Leiria.

Recurso n.º 467 — recorrente, Bernardino Vaz, filho de Luiz Vaz, da freguezia de Santa Maria Magdalena, concelho de Alvaizere, districto de Leiria.

Recurso n.º 468 — recorrente, Antonio Maria de Oliveira, por seu filho Joaquim, da freguezia de Coz, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 471 — recorrente, José Rodrigues Ignácio, por seu filho José, da freguezia de Pataias, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 473 — recorrente, Manuel das Neves Salgado, por seu filho Manuel das Neves, da freguezia de Santa Cruz, concelho do Barreiro, districto de Lisboa.

Recurso n.º 477 — recorrente, Rosa Maria, por seu filho Manuel, da freguezia da Igreja Nova, concelho de Mafra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 481 — recorrente, Manuel Agostinho, por seu filho Manuel, da freguezia de Milharado, concelho de Mafra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 485 — recorrente, Silvéria Maria, por seu filho Antonio, da freguezia da Euxara do Bispo, concelho de Mafra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 487 — recorrente, José Francisco, por seu filho Joaquim, da freguezia e concelho de Soure, districto de Coimbra.

Recurso n.º 489 — recorrente, João da Silva, por seu filho João, da freguezia de Samuel, concelho de Soure, districto de Coimbra.

Recurso n.º 491 — recorrente, Ludovina de Jesus, por seu filho Antonio, da freguezia do Pombalinho, concelho de Soure, districto de Coimbra.

Recurso n.º 493 — recorrente, Manuel Fernandes, por seu filho Joaquim, da freguezia do Pombalinho, concelho de Soure, districto de Coimbra.

Recurso n.º 495 — recorrente, Francisco, filho de José Gonçalves da Cruz, da freguezia de Villa Nova de Anjos, concelho de Soure, districto de Coimbra.

E bem assim no recurso n.º 499 — recorrente, José Rodrigues Carvalho, por seu filho Luiz, da freguezia de Cadima, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra, por não se provar que pôde ser applicavel ao recrutado a disposição do artigo 2.º da lei de 4 de junho de 1850.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 21 de maio de 1860. — REL. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme. — Antonio de Roberto.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 1 de junho de 1860. — José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida. — O chefe da repartição do contencioso, João Antonio Ferreira de Passos.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Havendo a camara municipal de Lisboa resolvido que na capella do cemiterio do Alto de S. João, no dia d'este santo, se dissesse uma missa resada pelas almas dos finados sepultados no mesmo cemiterio, assim se faz publico para que as pessoas devotas, que quizerem, possam assistir á referida missa, a qual terá lugar ás dez horas.

Camara, em 19 de junho de 1860. — O escrivão da camara, Nuno de Sá Pamplona.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

A mesa da santa casa da misericórdia d'esta corte manda annunciar que no dia 27 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, na sala das suas sessões, ha de pôr em praça o fornecimento de cento e doze leitos de ferro, sendo dezessete grandes, e noventa e cinco mais pequenos, sob as condições que serão patentes no acto da arrematação.

Contadoria da santa casa da misericórdia de Lisboa, 20 de junho de 1860. — O official maior, Antonio Izidoro de Almeida.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNAL RETIDOS POR FALTA DE SELLOS Para Lisboa

Antonio Maria de Oliveira — Bento José Soares — Conde de Belmonte, Conde da Torre — Francisco Joaquim de Araujo, Francisco Mendonça, Frederico Tavares — Jacinto Antonio, Jacinto Apregio Alves, Joaquim Rodrigues Bellas, José Joaquim Alves, Joanna Francisca Correia, Joanna Maria — Manuel da Conceição, Marquez de Fronteira, Marquez de Pombal, Martens Ferrão (congo), Maria de Jesus, Marianna — Raymundo Nonato Faro — Torcato Ezequiel dos Prazeres Machado.

Administração central do correio de Lisboa, em 20 de junho de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 16 DE JUNHO
PRESIDENTE O EX.º SR. VISCONDE DE LABORIM,
VICE-PRESIDENTE
Secretarios: os dignos pares Conde de Mello
(D. Pedro Brito do Rio.

(Assistiam os srs. presidente do conselho, e ministro da fazenda.)

As duas horas e tres quartos, achando-se presente numero legal, declarou o sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da precedente sessão, que, na conformidade do regimento, se julgou approvada por não haver reclamação em contrario.

Não houve correspondencia.

O sr. Presidente: — peço a attenção da camara. Numa das sessões passadas, fiquei eu para com a camara encarregado de fazer o estudo necessario sobre a forma e maneira por que devia deferir um requerimento que, constituída a camara em tribunal de justiça, o patrono do nosso collega o sr. Ferrão dirigiu ao mesmo tribunal. Consistia esse requerimento em saber se era valiosa uma indicação do sr. conde das Antas, que Deus tenha em sua santa gloria, feita na sessão de 16 de setembro de 1843, em que propoz á camara se lhe parecia que, segundo a carta, não podia deixar de ser admitido, como juiz na ultima sessão, ou audiencia da sentença, todo e qualquer par que se apresentasse não tendo comparecido nas audiencias anteriores. Houve tambem n'essa discussão uma indicação minha, para que, reformando-se o regimento a este respeito, fosse a uma commissão para o alterar como julgasse de justiça. Discutiu-se a indicação do sr. conde das Antas e por approvação geral da camara foi considerado valioso, ou por outra, votou-se a favor da indicação do sr. conde das Antas. É isto o que consta da acta, e que me parece dever fazer parte do regimento que nos regula.

É esta a minha opinião; todavia vou consultar a camara a este respeito, para ver se quer firmar esta opinião, porque eu entendo que a decisão d'este negocio não pertence, como aqui já se disse, á camara constituída em tribunal, porque ella, constituída em tribunal, não faz lei, segue o regimento, e é executora das leis que elle marca.

O sr. Visconde de Fonte Arcada: — sr. presidente, parece-me que o caso já está decidido: eu não vim a esta camara no primeiro dia em que ella funcionou como tribunal, mandei um officio em que me dava por suspeito, mas depois de se ter tratado esta questão na camara, constituída como tribunal, recebi outro officio, para me apresentar na segunda-feira. Não sei, sr. presidente, a razão por que este segundo officio me foi enviado, a não ser pela convocação geral de todos os dignos pares.

O sr. Presidente: — v. ex.ª ha de permitir que lhe diga que a sua indicação nada tem com a decisão d'este negocio; e peço tambem a v. ex.ª a bondade de dar ás minhas palavras o seu verdadeiro sentido.

O sr. Visconde de Fonte Arcada: — sr. presidente, o que eu quero dizer é que a questão, a meu ver, está precedentemente resolvida.

O sr. Presidente: — a convocação de v. ex.ª, permita que lhe diga, não tem nada com a resolução d'este negocio. A camara encarregou-me de fazer os estudos necessarios sobre este objecto, e de l'ho expor. Estão expostos. Agora digo eu, que me parece que a camara deve determinar que este negocio tenha á mesma decisão que o outro que já foi proposto.

A camara assentiu á indicação.

O sr. Conde do Sobral: — sr. presidente, eu pedi a palavra para dizer a v. ex.ª que o sr. conde de Paraty me encarregou de participar n'esta camara, que, por motivo de doença, não comparece á sessão de hoje, nem poderá comparecer a mais algumas sessões.

O sr. Barão da Vargem: — disse que na precedente sessão de segunda feira, no dia 11 d'este mez, se resolveu que as sessões fossem publicas no fim de quatro dias; e sendo este dia o quinto depois da sessão de 12, ainda ella não fora publicada. N'este caso foi examinar a razão por que havia esta demora, e soube que ainda faltavam uma ou duas sessões atrasadas para se publicarem antes d'aquella a que se reportava, havendo mais outra do tribunal que tambem se não estampara ainda.

O orador faz sentir a necessidade de que as resoluções tomadas por esta camara não sejam uma ficção, mas que se ponham em pratica. Vê que as sessões andam sempre atrasadas, e se não se engana é da mesa que depende esta demora. Deve notar-se que não lhe quer fazer censura, mas deseja só dizer que este negocio é da sua competência.

Pede pois que se ordene á imprensa que na segunda-feira proxima se publiquem as sessões que ha por publicar, inclusivamente a de segunda feira passada; a de terça-feira passada, na terça que vem; e a de hoje, d'aqui a quatro dias, conforme marca a deliberação que se tomou n'esta camara, e pede tambem ao sr. presidente, que seja inexoravel n'estes negocios.

O sr. Marquez de Ficalho: — sr. presidente, eu direi muito poucas palavras, só quero que v. ex.ª me diga se não ha uma resolução da camara, pela qual se determinou que meia hora depois de aberta a sessão se deve entrar na ordem do dia. Parece-me que isso ainda está em vigor. Ora, estando em vigor, não sei qual é a razão por que estamos tratando de objectos, que, por assim dizer, pouco nos interessam, deixando accumular trabalhos, para no fim da sessão se discutirem de repente, obrigando esta camara a votar como chancellaria. Isto não pôde ser de maneira nenhuma, tanto porque os dignos pares se desgostam todos os annos, no fim da sessão, por terem de votar de tal modo, como igualmente porque, caminhando d'este modo, soffre a reputação d'esta casa. Peço pois a v. ex.ª que estes incidentes sejam o mais curtos possivel.

O sr. Barão da Vargem: — declara que ouviu com a devida attenção ao digno par o sr. Marquez de Ficalho: s. ex.ª disse que era preciso poupar o tempo, pois para poupar o tempo é que elle, orador, deseja que este negocio se resolva no sentido que a camara determinou. Todas as vezes que se trata d'este objecto, gasta-se immenso tempo, e é para obviar este inconveniente que elle, orador, deseja que isto se determine positivamente. Insta por tanto por que as duas sessões, a que se referiu, sejam publicas na segunda feira; em seguida a de terça feira; e a d'este dia dentro do praso marcado na respectiva resolução.

O sr. Visconde de Gouveia: — sr. presidente, creio que é do nosso regimento, segundo me informaram, o que não podemos estar com estes preliminares antes da ordem do dia, mais do que meia hora, não sei pois a razão por que esta parte do regimento se não cumpre? Julgo que ainda não foi derogada.

O sr. secretario Conde de Mello: — se ha mais tempo eu podesse responder, teria evitado toda esta discussão. O sr. barão da Vargem na sua contagem esqueceu-se dos dias santos que n'esta semana houve. Na imprensa estão as sessões de 8 e 11 que se não poderam publicar, por não haver Diario nos dias santos. Se s. ex.ª tivesse reparado n'isto não teria feito as reflexões que fez.

(Entrou o sr. ministro da guerra.)

ORDEN DO DIA

PAROCHER N.º 90

O projecto de lei n.º 25, que substitue os impostos de transmissão e das sizas por uma contribuição denominada de registro, e remetido a esta camara depois de approvado pela dos srs. deputados, foi examinado pela commissão de fazenda com toda aquella circumspecção que demanda a sua importancia e com audiencia do governo.

Se este projecto se limitasse a rennir os impostos de transmissão e das sizas já creados por lei, e a dar-lhes uma denominação commum, a commissão de fazenda não hesitaria em propor-vos a sua approvação; porque ambos estes impostos recadem

sobre a transmissão da propriedade, com a só differença de que um, o da transmissão, deve-se, quando esta se verifica por titulo gratuito; o outro, o das sizas, quando se verifica por titulo oneroso: mas como estes dois impostos são muito sensivelmente augmentados convem examinar primeiro que tudo em que consiste este augmento.

O imposto de transmissão da propriedade foi creado pela carta de lei de 21 de fevereiro de 1838, posteriormente declarada, alterada e revogada pela carta de lei de 12 de dezembro de 1844.

Por esta legislação, bem como no projecto de lei, são isentas do imposto as transmissões operadas entre ascendentes, descendentes e conjuges; mas quando se verificam entre collateras ha uma notavel alteração entre a legislação actual e as provisões do projecto, não só em quanto ao modo por que devem ser contados os graus de parentesco, mas ainda quanto ás percentagens para calcular o imposto.

Pelas leis em vigor os graus de parentesco contavam-se segundo o direito canonico, de que resultava ficarem isentas do imposto as transmissões verificadas entre irmãos, e sujeitas ao de 3 por cento as que se operassem de sobrinhos para tios ou entre primos co-irmãos; de 5 por cento entre os collateras no terceiro e quarto grau; de 7 por cento entre os collateras em grau mais remoto; e de 10 por cento entre estranhos; mas como, segundo as provisões do projecto de lei, os graus de parentesco hão de ser contados segundo o direito civil, as transmissões entre irmãos, isentas pelas citadas leis, pagarão agora 3 por cento; as entre primos co-irmãos, sobrinhos para tios, que pagavam 3 por cento, os collateras no terceiro e quarto grau segundo o direito canonico, que pagavam 5 por cento, e os collateras em grau mais remoto, que pagavam 7 por cento, ficarão pagando os primos co-irmãos, os sobrinhos para tios, e os outros collateras no terceiro e quarto grau, segundo o direito civil, 6 por cento; os outros collateras são equiparados aos estranhos, e pagarão como elles 10 por cento.

Estas alterações e outras menos importantes talvez dupliquem o rendimento do imposto de transmissão.

O tributo da siza affirmase que já existia antes da monarchia; seja por qualquer que for a sua antiguidade, o certo é que, antes de existirem contribuições e leis geraes, já existia o imposto da siza e leis que regulavam a sua arrecadação e fiscalização no reinado de el-rei D. Afonso II, as quaes foram progressivamente melhoradas nos reinados posteriores, até que no de el-rei D. Afonso V foram codificadas todas formando-se os artigos das sizas datados de 27 de setembro de 1476, que nos subseqüentes reinados foram acrescentados com outros artigos, com regimentos e com um numero de providencias reclamadas umas pelo fisco, outras pelos povos, aos quaes esta contribuição e a sua arrecadação vexava mais que nenhuma outra, como muito judiciosamente se expõe no relatório que precedeu o decreto com força de lei de 19 de abril de 1832, que com as alterações que se lhe fizeram pela carta de lei de 2 de outubro de 1841, elevando o imposto a 10 por cento por decreto de 14 de setembro de 1843, fazendo-a extensiva ás provincias ultramarinas em virtude da carta de lei de 2 de maio de 1843, carta de lei de 9 de julho de 1847, pelo decreto com força de lei de 23 de junho de 1851, que reduziu o imposto a 5 por cento, continue hoje a legislação reguladora d'este imposto.

Pela citada legislação o imposto é de 5 por cento, que com os adicionais monta a 6 por cento aproximadamente. Pelo projecto eleva-se a 6 por cento, e amplia-se o imposto ás permutações que eram isentas quando verificadas predio por predio, ficando sujeitas ao pagamento de 3 por cento. Esta alteração na legislação em vigor, bem como outras não menos importantes, hão de igualmente elevar o rendimento d'este imposto.

Do exposto conclue-se que o principal fim d'este projecto é augmentar os impostos da transmissão e das sizas, e é a este fim que tendem todas as outras provisões que elle contém, que a commissão examinou detalhadamente, e em que não propõe alteração alguma, porque parte das dividas que suscitou sobre umas foram esclarecidas pelo governo durante a discussão que com elle teve, e a respeito da outra parte d'ellas declarou o governo que seriam attendidas nos regulamentos a que se refere o artigo 15.º do projecto; resta portanto sómente avaliar a necessidade do augmento que se faz nos referidos impostos.

A commissão, com quanto tenha a maior repugnancia em concorrer com o seu voto para gravar o povo com mais tributos, ou seja creando outros novos ou seja augmentando os existentes; considerando que é o mesmo povo que incessantemente reclama estradas, caminhos de ferro e outros melhoramentos moraes e materiaes, reclamações justas, necessarias e uteis a bem de todos, mas que não podem ser satisfeitas com o producto dos tributos actuaes; considerando que o parlamento reconhecendo já a justiça d'aquellas reclamações tem votado para as satisfazer leis que augmentam consideravelmente a despesa publica; considerando finalmente que sem elevar a receita publica não podemos satisfazer as necessidades creadas pelas tendencias geraes da epocha em que vivemos e pelos progressos da civilização a que todos aspiramos; propo-vos que approveis o projecto de lei n.º 25, para que submettido á sancção real seja convertido em lei do estado.

Casa da commissão, em 8 de junho de 1860. — Visconde de Castro — Visconde de Castilhos — Thomaz de Aquino de Carvalho — Francisco Simões Margiotti — Felis Pereira de Magalhães, relator.

PROJECTO DE LEI N.º 25

Artigo 1.º Os impostos de transmissão e ás sizas são substituidos, desde o 1.º de janeiro de 1861, por uma contribuição denominada de registro, nos termos da presente lei.

Art. 2.º São sujeitos á contribuição de registro: 1.º Os actos que importam transmissão perpetua ou temporaria de propriedade immovel de qualquer especie ou natureza, por titulo gratuito ou oneroso, qualquer que seja a denominação ou forma de titulo.

Comprehendem-se n'esta categoria os contratos de constituição de emphyteuse, sub-emphyteuse, censo e quaesquer outros que importem transmissão de propriedade até agora não sujeita ao pagamento da siza.

2.º Os actos que importam transmissão de propriedade movel de qualquer especie e natureza, comprehendidos os titulos de divida publica e acções de bancos, companhias ou sociedades anonymas, e quaesquer papeis de credito, e bem assim os directos e acções de valor excedente a 100\$000 réis, por successão testamentaria ou legitima, por dote ou doação inter vivos ou causa mortis, quando se verificar a transmissão.

Art. 3.º Não são sujeitos á contribuição de registro: 1.º Os actos de transmissão de propriedade movel ou immovel por titulo gratuito entre ascendentes, descendentes ou conjuges, ou esposos, verificando-se o casamento;

2.º Os actos de transmissão de propriedade movel ou immovel por titulo gratuito feita a misericordias, hospitaes, casas de expostos, asylos de mendicância ou de infancia desvalida, casas de educação gratuita, ou quaesquer outros estabelecimentos de beneficencia autorizados pelo governo;

3.º As subrogações feitas em conformidade das leis por titulos de divida publica fundada, de bens vinculados em morgado ou capella, ou pertencentes a estabelecimentos publicos, corporações religiosas, irmandades, seminarios, collegiadas, cabidos e camaras municipaes, e quaesquer outros bens de mão morta;

4.º Os aforamentos de bens vinculados e de terrenos que nunca fossem cultivados, e bem assim as renovações de quaesquer prazos de vidas;

5.º As vendas de bens e as vendas e remissões de fôros, censos e pensões pertencentes ao estado, ou estejam na posse da fazenda, ou na de donatarios, em conformidade da legislação vigente;

6.º Os actos de expropriação por utilidade publica;

7.º Os actos de transmissão de propriedade litteraria ou artistica, quer seja por titulo oneroso, quer por titulo gratuito.

Art. 4.º São sujeitos á contribuição de registro todos os actos que operem transmissão de propriedade, situada ou existente em territorio portuguez, tanto do continente como do ultramar, ou a transmissão se verifique entre subditos portuguezes, ou entre subditos estrangeiros, ou entre estrangeiros e portuguezes.

Art. 5.º Nas transmissões de bens moveis ou immoveis por titulo gratuito a contribuição será: De 3 por cento entre collateras no segundo grau; De 6 por cento entre collateras no terceiro e quarto grau;

De 10 por cento entre outras quaesquer pessoas.

Art. 6.º Nas transmissões de bens immoveis por titulo oneroso a contribuição será de 6 por cento. § unico. Nos contratos de permutação a contribuição será de 3 por cento.

Art. 7.º A contribuição de registro será lançada sobre o valor dos bens transmitidos nos termos dos §§ seguintes.

§ 1.º Quando a transmissão se effectuar por meio de partilhas, a contribuição será calculada sobre o valor que os bens transmitidos tiverem no inventario.

§ 2.º Quando a transmissão se effectuar por meio de contracto que careça de insinuação, a contribuição será calculada sobre o valor que os bens transmitidos tiverem para a insinuação; excepto se o valor do inventario ou da insinuação for inferior ao producto do respectivo rendimento collectavel, inscripto na matriz da contribuição predial, multiplicado por vinte.

§ 3.º Quando a transmissão se effectuar por titulo gratuito deduzir-se-ha do valor liquidado a importância das dividas passivas ou das pensões a que ficar obrigada a pessoa para quem for feita a transmissão.

§ 4.º Quando a transmissão se effectuar por meio de compra e venda ou subrogação, a contribuição será calculada sobre o preço dos bens transmitidos, quer este seja em dinheiro, quer em inscripções ou outros quaesquer titulos de divida publica, acções de bancos, companhias ou sociedades.

§ 5.º Quando a transmissão se effectuar por meio de adjudicação ou arrematação, a contribuição será calculada sobre o preço da arrematação ou valor da adjudicação.

§ 6.º Quando a transmissão se effectuar dando bens em pagamento de alguma divida, a contribuição será calculada sobre a importância da divida, que for paga com os bens transmitidos.

§ 7.º Quando a transmissão se effectuar por meio de constituição de emphyteuse, a contribuição será calculada sobre o valor do dominio directo, acrescentado com a entrada, se a houver.

§ 8.º Quando a transmissão se effectuar por meio de constituição de sub-emphyteuse, observar-se-hão as regras estabelecidas quanto á emphyteuse no ponto em que forem applicaveis.

§ 9.º Quando a transmissão se effectuar por meio de venda ou subrogação de bens, de que se deva laudemio, a importância d'este entrará em calculo para o valor sobre que ha de recair a contribuição.

§ 10.º Quando a transmissão se effectuar por meio de permutação, a contribuição será effectuada sobre o valor total dos bens permutados por ambas as partes contratantes, conforme for por ellas declarado; e da differença paga a dinheiro, havendo-a.

§ 11.º Quando a transmissão se effectuar por meio de renuncia ou cedencia, a contribuição será calculada sobre o preço que for pago ao renunciante ou cedente, ou sobre o valor do objecto que elles receberam.

Art. 8.º Quando a contribuição não poder ser calculada á vista do titulo, pelo qual se effectua a transmissão, ou declaração das partes nos contratos onerosos, quando houver suspeita de fraude contra a fazenda, proceder-se-ha á liquidação do valor dos bens transmitidos nos termos dos §§ seguintes.

§ 1.º O valor dos bens de raiz será determinado pela avaliação dos peritos, tendo-se em vista os contratos anteriores ou outros actos que se refiram ao valor dos mesmos bens; com tanto que o rendimento d'elles nunca se reputa inferior ao rendimento collectavel da matriz predial.

§ 2.º O valor dos bens livres será o producto do seu rendimento multiplicado por vinte.

§ 3.º O valor dos bens vinculados será o producto do seu rendimento multiplicado por dez.

§ 4.º O valor dos bens emphyteuticos será o producto do seu rendimento multiplicado por vinte, menos a somma de vinte fôros e um laudemio.

§ 5.º O valor dos bens sub-emphyteuticos será o do seu rendimento multiplicado por vinte, abatidas vinte pensões e um laudemio, se for estipulado.

§ 6.º O valor do dominio directo será o producto do canon multiplicado por vinte e mais um laudemio.

§ 7.º O valor do censo será o do preço da consignação.

§ 8.º O valor do usufructo vitalicio será o producto do rendimento annual multiplicado por dez: o valor do usufructo deixado por tempo certo será o producto do rendimento de um anno multiplicado por tantos annos, quantos forem aquelles por que for deixado o usufructo, sem que possa exceder a vinte annos.

§ 9.º O valor da propriedade separada do usufructo será o producto do seu rendimento annual multiplicado por vinte, deduzindo-se o valor do usufructo calculado na forma do § antecedente.

§ 10.º Quando a propriedade se transmitir separada do usufructo, a liquidação será feita ao proprietario e ao usufructuario, como a dois contribuintes distinctos e com differente responsabilidade.

§ 11.º O valor das pensões vitalicias será o producto de uma pensão multiplicada por dez.

§ 12.º O valor dos moveis será o que lhes for dado por avaliadores peritos.

§ 13.º O valor das inscripções ou de quaesquer outros titulos de divida publica, das acções e obrigações de bancos, companhias ou sociedades, será o que tiverem no mercado ao tempo em que se verificar a transmissão.

Art. 9.º A contribuição de registro será liquidada pelo respectivo escrivão de fazenda, segundo a forma e nos prazos que forem estabelecidos nos regulamentos.

§ unico. D'esta liquidação haverá recôrso para

a junta dos repartidores da contribuição predial, com effeito suspensivo, e das decisões da junta para o conselho d'estado, sem suspensão. Nas possessões ultramarinas será este ultimo recurso interposto para a junta de fazenda.

Art. 10.º Os conhecimentos de cobrança da contribuição de registro terão força de sentença passada em julgado, e serão cobrados executivamente do mesmo modo que as outras contribuições publicas.

Art. 11.º A contribuição de registro será sempre paga por inteiro por aquelles para quem passarem os bens, nas permutações por ambos os permutantes, nas arrematações e adjudicações pelo executado e arrematante ou adjudicatario.

§ 1.º Este pagamento será feito nas transmissões por titulo oneroso, antes de celebrado o acto que a opera, o qual será nullo sem o previo pagamento da contribuição respectiva; e nas transmissões por titulo gratuito pela forma prescrita no artigo 6.º e seus §§ e artigo 7.º da lei de 12 de dezembro de 1844, com a unica differença de que as letras que assignavam os contribuintes serão substituidas por conhecimentos de cobrança, pela importancia representada por aquellas letras.

§ 2.º Todos os contratos por titulo oneroso poderão celebrar-se, pagando-se a contribuição respectiva, calculada sobre os valores que constarem do respectivo titulo, ou que forem declarados pelos contratantes, com tanto que esses valores não sejam inferiores aos que resultarem do rendimento collectavel, inscripto na matriz predial, e salvo a liquidação posterior do imposto nos termos da presente lei, quando houver suspeita de fraude contra a fazenda.

Art. 12.º Para os effeitos d'esta lei são consideradas as promessas de venda acceitas como vendas effectivas, pagando-se por tacs promessas a respectiva contribuição verificada a tradição da cousa, objecto da estipulação, ao acceitante, ou que este a esteja usufruindo.

Art. 13.º Os bens transmitidos, quaesquer que sejam, e ainda que os possua terceiro, não hypotheca da contribuição, a qual será sempre integralmente paga com preferencia a quaesquer creditos, ainda aos mais privilegiados.

Art. 14.º São nulos e nenhum effeito produzirão em juizo todos os actos ou contratos que não tiverem pago a contribuição de registro, sendo a ella sujeitos nos termos d'esta lei.

São inexecutáveis as sentenças e autos de conciliação e formas de partilha, que, devendo-a, não tiverem pago a contribuição de registro.

São nulos todos os contratos simulados em fraude d'esta lei.

novos tributos nem de augmentar os que já existem, mas sim e tão somente se trata de fazer com que os abastados paguem o que devem pagar. E o mais escandaloso é que para este fim se recorre á respeitável classe dos parochos, em que o povo só devia achar verdade, remetendo-se-lhes uma pastoral de nova especie, para lerem á hora da missa (signaes de admiração).

Aqui tenho o documento por onde se prova a verdade do que avança, é uma circular do administrador do concelho de Vianna, peço licença para ler:

«Sr. regedor de... Constando nesta administração que pessoas mal intencionadas e inimigas da ordem e da prosperidade do nosso reino, espalhando notícias falsas de futuros tributos, e de contribuições vexatorias para os povos, cumpre-me dizer-lhe e prevenir-lo de que semelhantes notícias são completamente falsas, e sem fundamento algum, por quanto o governo de Sua Magestade nada mais quer, nem deseja, do que regular e proporcionar o systema tributario, visto a desigualdade que existe, porque os mais abastados não pagam o que realmente devem, em quanto que os mais pobres estão collectados com exactidão.»

(Não se lembra porém o illustre cavalheiro que a culpa é sua, porque, como administrador do concelho, é o presidente da junta do lançamento.)

«Esta é a verdade, e por isso sirva-se v. m.^{ca} assim o fazer sentir aos seus parochianos, rogando da minha parte ao reverendo percho, para que se digne publicar á missa conventual esta circular, porque assim fará um importante serviço á ordem publica. Do que mais occorrer a este respeito, v. m.^{ca} me dará conta fiel immediatamente.

«Deus guarde a v. m.^{ca} Vianna, 6 de abril de 1860.—O administrador, M. J. Gavinho.»

Eu creio que está aqui o digno governador civil de Vianna, e estando, s. ex.^a poderá dizer se isto é exacto. (O sr. Conde da Louzã:—é verdade, mas tem uma explicação.) Agora, com a certeza de que é exacto o que referi, mais tenho de censurar, porque em fim é faltar á verdade com um proposito deliberado, alem de que se dá o escandalo de ordenar que isto se faça com a solemnidade com que se lê uma pastoral (riso). Onde estamos nós, sr. presidente? Pois há já neste paiz quem se julgue com autoridade igual á dos bispos, para mandar que os parochos leiam qualquer papel na hora da missa conventual!

Eu não sei se o governo já tinha conhecimento d'este facto; o que eu vejo, é que o respectivo governador civil o confirmou, e portanto cumpre-me extranhar que se não tivesse corrigido devidamente, porque é um acontecimento inaudito, que me não consta de outro igual, rebaixando a autoridade ecclesiastica até ao ponto de fazer com que os parochos se obriguem a ler á hora da missa um papel que lhes é mandado por qualquer administrador de concelho, tendo por fim de mais a mal enganar os povos. Isto parece incrível! (Uma voz:—de certo.)

Veja-se o que dizem estas tabeas dos novos impostos (isto trago eu agora para mostrar a falsidade do que diz aquelle administrador) (Leu.)

Alugadores de carros de bois ou cavalgaduras nas terras de 1.^a ordem pagam 18200 réis; nas de segunda 800 réis; nas de 3.^a, 4.^a e 5.^a 400 réis.

Cera e mel, cada cortiça, 500 réis.

Moinhos, nas terras de 1.^a ordem, 105000 réis; segunda, 65000 réis; 4.^a e 5.^a, 15200 réis.

As ajuntadas, barbeiros ambulantes, sapateiro que concerta calçado, arraes de embarcação, e de outros barcos miúdos dos rios, tudo isto paga pesados tributos.

D'estes tributos, uns recdem directamente e logo sobre o povo, outros recdem indirectamente sobre o seu alimento; alem d'isso, certas classes, que não pagavam, vão agora ser collectadas, como os barbeiros e amoladores ambulantes, as ajuntadas, os arraes dos barcos, etc. E é justamente á vista d'isto, sr. presidente, que o tal administrador do concelho de Vianna escreve uma circular aos parochos para que estes digam ao povo que taes tributos o não vão affectar! (riso). E até onde pôde chegar o que... Nem eu sei o termo de que me sirva! Um procedimento d'estes só pôde ser por excesso de zelo, mas de tal natureza que se eu estivesse em circumstancias de ter taes empregados mandava-os para casa, porque isto é uma immoralidade! E disse o sr. presidente do concelho ha poucos dias, que o governo o que pretendia era os melhoramentos moraes e os melhoramentos materiaes. (O sr. Presidente do concelho:—apoiado.) Ora realmente sentir-se ou deixar em todo o caso sem a devida correcção um acto semelhante não é prova de que os melhoramentos moraes vão em andamento; bem pelo contrario, parece que tudo leva a suppor que vão retrogradando, porque um facto igual não consta que se tivesse já dado.

Muito a proposito fallarei agora da organização do ministerio. Este ministerio, sr. presidente, é composto de cavalheiros de diferentes partidos politicos, que violentamente se gladiavam n'outras epochas, mas que hoje se acham reunidos, seguindo uma politica, que se cifra em pedir ao povo tributos e mais tributos, sem diminuir a despesa publica, mas antes augmentando-a.

Pela morte do sr. duque da Terceira, e pelo anterior fallecimento do seu collega ministro da marinha, achou-se o governo desorganizado, parecia pois que em taes circumstancias o ministerio nada mais tinha que fazer senão continuar nos negocios do expediente, até que se organisasse. N'estas circumstancias, nomeou-se um illustre cavalheiro para conselheiro d'estado, que no outro dia foi nomeado presidente do concelho. Ninguém duvida que este cavalheiro tem todos os requisitos necessários para aquelle alto emprego, mas o modo por que foi nomeado não é, segundo me parece, decoroso, dando occasião a dizer-se que foi para que elle aceitasse a presidencia do concelho, podendo alguém applicar o dito vulgar de do ut des.

O sr. Presidente:—eu peço ao digno par que entre na ordem, tratando da materia da ordem do dia.

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—eu peço a v. ex.^a que se lembre de que ainda aqui não houve uma occasião de se avaliar n'esta camara a politica da administração actual, portanto não me deve ser estranhado que pela primeira vez, que tenho occasião de me occupar d'ella, a analyse e aprecie. Parece-me pois que não devo ser chamado á ordem.

O sr. Presidente:—tenho autoridade de chamar o digno par á ordem.

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—mas eu tambem tenho direito segundo o regimento a explicar-me, e mostrar que não estou fora da ordem. (O sr. Presidente do concelho:—peço a palavra.) Eu estou avaliando a politica do governo, segundo o meu modo de ver. Os actos dos ministros e o modo da sua nomeação não são cousas indifferentes á politica, pertencem a ella, são do dominio de todos, por consequencia são aqui do meu dominio, por isso que sou membro d'esta camara; parece-me pois muito extraordinario que se queira tolher-me a palavra, não me sendo livre o exprimir-me como entendo, na analyse que procuro fazer da politica do governo e dos seus actos.

Sinto que, em taes circumstancias, v. ex.^a queira empunhar o sceptro da sua autoridade chamando-me á ordem, e se v. ex.^a insiste em que eu estou fora da ordem, apello para a camara.

O sr. Presidente:—Pois eu vou consultar a camara.

Consultada a camara sobre se o digno par saíra da ordem, a camara decidiu que não.

O sr. Marquez de Vallada:—declarou que não percebia a razão d'esta votação, e por isso não poderia votar (apoiado).

O sr. Presidente:—segundo a demonstração da camara pôde v. ex.^a continuar como entender.

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—(continuando) a camara, sr. presidente, praticou um acto de justiça, que lhe agradeço, como devo, digno da sua alta posição, e mostrou que se não sujeitava a misérias...

O sr. Presidente:—agora é que v. ex.^a está fora da ordem, e muito fora da ordem.

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—pois a camara acaba de decidir que eu estou na ordem, e v. ex.^a insiste em que eu estou fora d'ella?

O sr. Presidente:—saíu evidentemente fora da ordem depois da votação ou demonstração da camara.

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—depois da decisão da camara eu não fiz mais do que agradecer-lhe a comprovação de que eu estava no meu direito, deixando-me apreciar a politica do governo como entender, bem certa seguramente de que eu saberei, como julgo que até agora tenho sabido, guardar todas as considerações que se devem ter com as pessoas. Não sei pois para que ha de v. ex.^a estar sempre a chamar-me á ordem? Parece que é por querer que eu não falle, e isso permitta-me que eu lhe diga, com o devido respeito, que vae alem da sua autoridade e do seu poder.

Sr. presidente, continuarei, espero que v. ex.^a não me chamará outra vez á ordem. Nomeou-se um ministro da marinha, e foi-se buscar um digno cavalheiro, que é inteiramente alheio áquella especialidade, bem como ás armas que com ella têm relação, attendendo-se mais a mesquinhos interesses de partido, do que á conveniência do serviço publico. Em Inglaterra pôde-se fazer isto, porque lá tem o tribunal do almirantado, que dirige os negocios da marinha, e o ministro é chamado ao governo independentemente d'aquella especialidade, mas só em relação á politica; no nosso paiz não ha esse tribunal, e por isso o ministro da marinha deve pertencer áquella especialidade; se Portugal quizer tratar da sua marinha para segurança das suas colonias, será de certo esse um estabelecimento de que não poderá prescindir-se, e então poder-se-ha nomear ministro em relação á politica, e não á especialidade; porém, em quanto se não fizer isto, o ministro, sem notavel deservico do paiz, não pôde de certo ser pessoa alheia áquella serviço. Na verdade a nomeação de um cavalheiro, na situação do actual ministro da marinha, foi um verdadeiro epigramma. Claro está que já tenho dito muitas vezes, e não é necessario repeti-lo, que não me refiro ás qualidades especiaes de s. ex.^a, mas unicamente a considerações do serviço publico, principalmente agora, que os ultimos acontecimentos de Angola, mostram que todas as nossas attentões, se devem dirigir a tudo o que diz respeito á marinha e ultramar.

Não quero tratar agora d'aquelles acontecimentos, mas alludo a elles para mostrar que nas circumstancias em que está Portugal tendo ainda grandes colonias, mal aproveitadas, é verdade, mas com riquissimos e vastos terrenos, a marinha é um dos ramos do serviço que deve merecer a nossa particular attenção; e a pessoa encarregada d'elle deve estar habilitada para poder bem avaliar as informações que obtiver.

Quando ao sr. ministro da guerra, é elle um cavalheiro inteiramente ao facto d'aquella especialidade, e que muitos e grandes serviços poderá fazer pelos conhecimentos que tem d'esta repartição, querendo-se dar ao trabalho de examinar todas as despesas, e cortar aquellas que julgar inúteis, por isso que tem perfeito conhecimento d'aquella especialidade. Entretanto, eu noto que s. ex.^a é ministro interino, e não me parece que n'esta qualidade possa ter aquella força necessaria para se poder fazer obediencia, nem para fazer quaesquer reformas que julgar convenientes, cuja utilidade só tarde é que se poderá realizar.

Portanto, eu estimava mais que s. ex.^a, continuando o actual ministerio, em lugar de ser ministro da guerra interino, fosse antes ministro effectivo, porque um ministro quando lhe parece que pôde estar muito tempo no ministerio, tem um grande incentivo para illustrar o seu nome, por meio de medidas de grande utilidade e alcance, o que se não pôde dar sendo interino, podendo por esta causa sair de um dia para o outro.

Eu sinto que não esteja presente o sr. ministro dos negocios do reino, entretanto como o que tinha a dizer era em relação á politica, que é partilhada pelo ministerio, não serei taxado de fallar na sua ausencia. O sr. ministro interino, bem como o governo, que os melhoramentos progressivos podem segundo os principios de certa escola ser limitados, sem se lembrar que esta limitação não se pôde entender senão em relação á duração da especie humana, e nunca a qualquer periodo limitado d'esta duração.

Sr. presidente, a intelligencia e a illustração humana, ajudadas pela acção do tempo que nunca falla, tem produzido todos os melhoramentos progressivos actuaes como se vê pela historia do mundo. Mas, que tempo se sé necessário para que semelhante progresso se tenha podido obter? Tem sido muitas gerações, e muitas vezes, cataclismos, ora politicos ou mesmo naturaes, em diversas epochas tem destruido os progressos que a humanidade tem feito, tornando depois a começar de novo. Tal é a historia do mundo! Segredo inexecravel da Providencia que não é dado ao homem poder devassar. O que eu pretendo dizer é que é necessario olhar por tal modo para a sociedade, que não se obrigue a sacrificar inteiramente os interesses presentes, para alcançar o que só a duração do tempo pôde produzir. A sociedade não é um mytho, é uma realidade, compõe-se de familias, que para melhorar a sua condição moral e material, precisam que se lhes não arranque até á ultima parcella de produção, que é necessaria, para que subsistam e melhorem de condição, progredindo progressivamente na estrada da civilização, aliás as familias retrogradam do seu desenvolvimento, e as nações morrem, como podem morrer as nações!

Sr. presidente, as forças productivas da sociedade, são como as forças do corpo humano, que se por um principio morbido se accumularem em qualquer órgão á exclusão dos outros, o individuo define e morre.

É portanto necessario ter presente esta verdade para que se não pense, que se pôde empregar as forças da sociedade em um objecto dado, com exclusão dos outros.

É necessario entender-se que todos querem progresso; mas quando é preciso exaurir para todos esses melhoramentos de que o paiz carece, e que os outros já têm, mas que os têm depois de passarem seculos nos quaes se propozeram a obter-las a pouco e pouco, como é digo eu que se pretende que nós os tenhamos de repente (apoiado). Sem tempo e muito tempo se podem ter melhoramentos de tal magnitude, é pois necessario tempo e prudencia em tudo, aliás nada se obtém. Alem de que é preciso notar que grande parte das rendas publicas, ou do imposto, vae pagar o juro da divida estrangeira, isto é, vae animar a industria d'essas nações com aquillo mesmo que era necessario para animar a nossa.

Eu sei, sr. presidente, que se me ha de responder, que esses melhoramentos são productivos; não nego que o sejam, mas tambem é verdade que muitas d'essas despesas publicas não o são. Dir-se-ha

contudo, que sendo productivos aquelles melhoramentos virá tempo em que elles satisfirão as exigencias da produção. Assim será. Mas que tempo, digo eu, é necessario esperar por esse resultado?

E note a camara que o sacrificio é já muito, e continuado, e deve lembrar-se o governo de que a produção do paiz tem soffrido uma notavel diminuição em dois generos principaes, cuja falta tem causado males incalculaveis ao paiz, os quaes todas as classes têm sentido.

Estou informado por um negociante que ha mais de trinta annos negocia em laranja, de que se se tirava uma linha desde a Castanheira para o noroeste até ao mar, limitada pelo oceano e pelo Tejo, dentro d'esta área, se tem perdido mais de cincoenta mil caixas de laranja aproximadamente, que valendo cada uma pelo menos 25000 réis, dão a somma de 100:000:000 réis annuaes: juro de réis 2.500:000:000 a 4 por cento, capital este que se tem perdido n'este ramo de industria n'aquella pequena parte do paiz.

As vinhas estão nas mesmas circumstancias, e a perda dentro d'esta mesma área, é de certo muito maior. Só a Arruda, por exemplo (como o pôde certificar o digno par barão de Arruda), produzia 8:000 pipas de vinho, mas depois que appareceu a molestia apenas tem produzido 400 a 600 pipas: estas 8:000 pipas ao preço de 195200 réis cada tonel, preço muito diminuto, dão 76:800:000 réis annuaes, quantia esta que a 3 por cento representa um capital de 2.560:000:000 réis: ao mesmo tempo que aquellas 600 pipas de vinho, vendidas a réis 865400 réis, tem medio depois da molestia, apresentam unicamente 26:000:000 réis, sendo a perda annual d'aquello concelho 51:000:000 réis. Ora, se algum se encarregar de generalisar este calculo a todo o paiz, qual será o espantoso resultado? Eu não sei, sr. presidente, que a molestia que tem destruido as laranjeiras e as vinhas, vá diminuindo: consta-me pelo contrario que a das laranjeiras se vae espalhando por todas as partes onde não tinha chegado até agora: e pelo que respeita ás vinhas, sabemos que não se pôde por ora ter esperanças bem fundadas de que ella acabe.

Estas duas qualidades de produção são importantissimas, e constituem uma grande riqueza agricola, muito productiva para os cofres do thesouro, devendo merecer esta diminuição de produção grande attenção da parte do governo; mas o facto é, que ainda os srs. ministros não vieram dizer aqui a quanto montariam aproximadamente estas perdas, desconhecendo assim s. ex.^a que o governo não é só para mostrar as prosperidades, é-o tambem para manifestar á nação quaes são os males que tem soffrido e está soffrendo o paiz, e os prejuizos resultantes d'elles (apoiado). O governo deve com verdade dizer o bom e o mau para se poder fazer um verdadeiro juizo do estado do paiz.

Com relação ao sr. ministro da fazenda, direi que não posso ter confiança no seu systema financeiro, e as razões d'isto são as que já referi: nem como ministro dos negocios estrangeiros, em consequencia da sua opinião conhecida a respeito da união de Portugal á Hespanha.

Respeito, sr. presidente, o direito que cada um de nós tem para poder ter uma opinião sua sobre qualquer assumpto, e o de-la não fica mal a ninguém. Todos, portanto, podem ter quaesquer aspirações em relação aos acontecimentos futuros; mas ha certas opiniões que não devem ser seguidas por pessoas que estão á testa dos negocios publicos. Foi opinião de s. ex.^a, não sei se ainda é hoje, que Portugal só poderia prosperar com a sua annexação á Hespanha. (O sr. Ministro da fazenda:—peço a palavra.) Nunca foi? (O sr. Ministro da fazenda:—não senhor.) Muito bem; estimo muito ter tocado n'este ponto, porque dou occasião a que s. ex.^a se declare, e declarando-se, de certo que uma das razões por que eu não podia ter confiança em s. ex.^a caducou; mas, não obstante isso, ainda fica o seu systema financeiro com que não posso concordar.

Sr. presidente, sinto que não esteja presente o sr. ministro da justiça, entretanto como se acham presentes alguns dos seus collegas, não terei duvida em fallar. S. ex.^a na verdade tem mostrado grande actividade, não só pelos projectos que tem submettidos á approvação do parlamento, que de certo não de ter muito que aproveitar, mas tambem na perseguição que tem feito aos moedeiros falsos, o que honra muito o caracter de s. ex.^a; porém, quando se tratou de uma pessoa de categoria muito alem d'aquellas dos outros criminosos ou iniciados n'aquello crime, parece que este zelo para levar perante os tribunales a pessoa que se considerava implicada n'aquello crime, fraquejou. A lei sobre a moeda falsa permite a prisão sem culpa formada, e sendo assim parece que havia já muito tempo que aquella pessoa a quem alludo, poderia ter sido presa, como foram os outros. Está claro que com isto que digo não entro na avaliação da culpabilidade de ninguém, só estranho que, julgando o governo culpado aquelle individuo, só tarde pretendesse prendê-lo; e não posso deixar de dizer que houve demora em o querer capturar, e se tivesse havido aquelle grande desenvolvimento de actividade e de zelo que se mostrou para com as outras pessoas implicadas, de certo teria sido capturado, dando-se assim um alto documento de moralidade.

Sr. presidente, sinto que em consequencia do meu dever, eu tenha sido obrigado a censurar por esta maneira os actos do governo; de certo antes queireria ter muito que louvar do que ter de fazer a mais pequena censura; e tendo mostrado as razões por que não voto os tributos que se pedem, passarei a occupar-me do projecto que está submettido á discussão da camara.

Este projecto contém duas disposições, uma - sobre a transmissão de propriedade por venda, por titulo oneroso, e a outra a transmissão por titulo gratuito.

Sr. presidente, as sizas são um grande mal, por que embarçam muito os contratos, as sizas sobre a permutação de propriedade sem que haja diferença de valor em dinheiro, não ha razão nenhuma que as possa aconsellar. É verdade que já existe uma lei de siza, mas isto não tira que eu entenda que o tributo das sizas é nocivo, e tanto mais nocivo será, quanto mais se augmentar o imposto, e atacar outros objectos, como por exemplo a permutação, e a transmissão do dominio util nos contratos emphyteuticos.

A emphyteuse e a sub-emphyteuse são o verdadeiro modo pelo qual o homem que vive do seu salario pôde aspirar a ser proprietario; embarçar estes contratos tão vantajosos para o paiz, é embarçar a sua prosperidade, é uma contradição flagrante aos projectos sobre a desamortização dos bens de mão morta.

Diversos economistas têm tratado d'esta questão, e o illustre Mille que anda nas mãos de todos, entende que o verdadeiro modo de promover a educação e civilização das povoações rurais, é por meio da propriedade, ou absoluta, ou que haja a certeza da posse com uma renda constante; condição esta que reúne o contrato emphyteutico. Em França alguns economistas queixam-se já da grande divisão da propriedade, consequencia da igualdade da partilha, e querem achar o modo de pôr termo a esta extrema divisão. Ora a emphyteuse não só promove a divisão da propriedade, mas embarça que ella seja dividida extremamente, circumstancia esta que torna de grande inconveniencia todos os embarços que possam limitar a celebração d'aquelles contratos.

Entendo que a emphyteuse é o que pôde salvar

este paiz, não só para promover a divisão da propriedade, como tambem para evitar que ella se divida extremamente. Até seria da maior utilidade que os bens vinculados fossem reduzidos a prazos de nomeação; pois que não sendo facil admitir o principio da liberdade de testar que eu mais que tudo desejava ver estabelecido n'este paiz, ao menos reduzidos os bens vinculados a prazos de livre nomeação, se obtinha quasi o mesmo effecto.

Effectivamente a liberdade de testar que importa a incerteza de herança, é um elemento de civilização e de moralidade das familias, porque dá ao pae muito mais auctoridade sobre os filhos. Ora, se a sociedade em geral precisa moralizada, claro está que sendo a familia o primeiro elo da cadeia social, tudo que conduzir a moralisa-la, moralisa a sociedade, e para que se possa alcançar esta moralisação é indispensavel estabelecer a incerteza da herança; este é que é o meu desideratum.

Sr. presidente, entre nós ha um contrato muito usual, que vem a ser a venda e aforamento ao mesmo tempo, é um contrato que ao menos nas provincias é muito conhecido; pergunto pois, se quando se der algum d'estes contratos se ha de pagar não só a siza da venda, como tambem a da transmissão do dominio util ao mesmo tempo. Desejava que o sr. ministro me respondesse a este respeito, porque por mais que tenha procurado na lei, não vejo disposição alguma que me leve a crer que se quer fazer esta distincção. A mim parece-me que n'aquelle caso não se deve pagar senão uma siza.

Sr. presidente, estes contratos de venda e aforamento são summamente uteis, porque dando-se a beneficencia do proprietario não ter meios para beneficiar a sua propriedade, e não achando quem lhe empreste capitais senão por um juro extremamente oneroso, por este meio acha dinheiro com que pôde fazer os beneficios que a sua propriedade reclama, posto que fique obrigado a uma pensão que por ser continua será muito menor do que o juro de qualquer capital que pedisse para aquelle fim.

Assim, sr. presidente, eu entendo que se não devem pôr embarços a contratos que concorrem e são de muita utilidade para os melhoramentos da propriedade.

Sr. presidente, tudo que tender, quer seja a um melhoramento das propriedades rurais, quer seja para habilitar o povo a alcançar propriedade, deve ser promovido por todos os modos, e não embarçado por esta forma; melhorando a condição do povo, menos necessarios se tornam os hospitais e outros estabelecimentos de beneficencia. E na verdade quando as povoações rurais podem ter nas suas casas com que sustentarem as suas familias, e melhorar a sua condição moral e material, a precisão da caridade publica ha de diminuir muito. Esta quanto a mim é que é a base verdadeira para que tambem se possa conseguir a diminuição do crime e o augmento da illustração.

Vozes:—já deram quatro horas e meia.

Sr. presidente, segundo ouço dizer são quasi cinco horas, e eu estou muito cansado, tendo contudo ainda que dizer para analysar o projecto e o relatório da illustre commissão. Eu tenho fallado quasi todo o tempo da sessão, e não podendo acabar por estar cansado e estar quasi a dar a hora, desejava que a camara permitisse que me ficasse ainda a palavra reservada para a sessão seguinte, com quanto reconheço que isso seria uma deferencia que eu talvez não mereça (signaes de assentimento).

O sr. Presidente:—a hora ainda não deu, e portanto, visto o pedido que faz o sr. presidente do concelho, que é quem se segue na inscripção, dou a palavra a s. ex.^a

O sr. Presidente do conselho de ministros (Aguar):—sr. presidente, agradeço, e sinceramente agradeço, ao digno par a declaração que fez de que eu não merecia a sua confiança. Devo declarar que nunca aspirei a ella. O que me aconteceu agora tem acontecido até hoje a todos os ministros, e digo a todos, porque s. ex.^a sempre tem declarado que ha de fazer a guerra a todos os ministros e ministerios, e ainda não achou nenhum ministro nem ministerio que merecesse a sua confiança. (O sr. Visconde de Fonte Arcada:—não é assim.) Então peço á camara que diga qual é o ministerio que tenha merecido a confiança do digno par? Eu confesso que não conheço nenhum.

Eu não queria mesmo, sr. presidente, merecer a confiança do digno par, para que elle me não collocasse em uma posição opposta áquella em que têm collocado os meus illustres collegas, e todos os ministros, a quem s. ex.^a acabou de dirigir graves injurias.

Sr. presidente, o digno par pôde avaliar livremente a politica do ministerio, mas avalie essa politica sem insultar os ministros e dirigir-lhes graves offensas. (O sr. Visconde de Fonte Arcada:—isso é de mais.) Pois será avaliar a politica do ministerio vir aqui pôr em discussão a nomeação dos ministros feita pela coroa, dentro dos limites, e segundo as prescripções da lei fundamental do paiz?

Sr. presidente, não posso deixar de combater o digno par. (O sr. Visconde de Fonte Arcada:—combata.) E combato bem, pois com relação á nomeação dos ministros, feita pelo chefe do estado, na conformidade da constituição, que é tão livre a respeito d'essa attribuição do poder moderador, que não exige a formalidade necessaria para o exercicio das outras attribuições do poder moderador, a audiencia do conselho d'estado, pôde o digno par vir aqui dizer que é um epigramma? Pois um homem que se presa de ser amigo da carta constitucional, e de respeitar os direitos e prerogativas da coroa, vem dizer isto impunemente? Pôde vir aqui censurar-se a nomeação de um ministro, porque foi nomeado para uma repartição estranha á sua profissão? Aonde achou o digno par este limite á prerogativa da nomeação do ministro estabelecida pela carta? É por ventura o actual ministro da marinha o primeiro que s. ex.^a vê estranho áquella especialidade? Se o digno par olhar para esta casa mesmo, e lançar os olhos para os seus collegas, alguns acharão no mesmo caso; e então a sua injuria e offensa não se dirige só ao actual ministro, alcança tambem todos aquelles cavalheiros que já o foram, e estão presentes, e que não pertenciam a essa profissão da marinha. Mas, sr. presidente, o ministro da marinha não é só ministro d'esta repartição; é tambem ministro dos negocios do ultramar, e a respeito d'elles é ministro de todas as repartições. Já se vê portanto que abrangendo este ministerio todas as repartições que no reino são commettidas aos diferentes ministros, se um cavalheiro tiver a especialidade dos negocios da marinha pôde fallar-lhe a especialidade de qualquer dos outros ramos...

Uma voz:—Martinho de Mello tambem foi ministro da marinha?

O Orador:—era padre, e foi um dos melhores ministros da marinha que nós tivemos. (O sr. Visconde de Fonte Arcada:—então vá buscar outro padre.) Esta, sr. presidente, é uma das conclusões que o digno par costuma tirar!

O digno par n'uma das asserções que fez, chamou indecorosa a uma nomeação feita pela coroa? Tenho aqui escripta esta palavra, com relação a mim, e não dou ao digno par direito de me dirigir injurias d'esta ordem. Por fortuna minha, eu não me offendo do mau conceito que s. ex.^a fez de mim. O digno par talvez não deu o verdadeiro peso ás suas palavras, porque s. ex.^a repetidas vezes se deixa allucinar pelo espirito da sua habitual opposição.

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—eu peço a v. ex.^a que não feche a camara sem eu dar explicações...

O sr. Presidente do conselho de ministros (Aguar):—não careço das explicações do digno par, nem creio que as possa dar de maneira que destrua o sentido das palavras que empregou. Pois o digno par não comprehende a significação das suas palavras, do ut des? O digno par não disse estas palavras sem saber a sua significação, porque ainda que ellas sejam em latim, deve saber o que significam; e se não sabia não devia empregá-las.

Sr. presidente, o digno par não me injuriou só a mim. Não digo a quem mais injuriou: devo abster-me de proferir aqui o seu nome...

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—No decreto da nomeação vem assignado o ministro...

O Orador:—o ministro vem assignado, mas não porque aconselhasse a pessoa que devia ser nomeada, porque a tal respeito a prerogativa da coroa é inteiramente livre.

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—peço a v. ex.^a que não responda ao que se diz aqui em particular.

O Orador:—muito bem. O digno par poderá agora retirar estas expressões, ou declarar mesmo que não usou d'ellas; entretanto foram proferidas por s. ex.^a, porque as tenho aqui apontadas, e bastavam só as palavras, que já repeti, para eu deduzir as consequências que tenho deduzido. E não penso o digno par que eu digo estas poucas palavras para que o digno par mude de conceito a meu respeito, ou faça um juizo differente do acto que tão injusta e violentamente censurou; pois tenho a convicção de que nem n'esta camara nem fora d'ella se compartilham as ouzadas opiniões de s. ex.^a

Sr. presidente, não escapou á violenta aggressão do digno par nenhum dos actuaes ministros: todos foram violentamente agredidos. Até mesmo aos elogios que fez ao sr. ministro da justiça juntou uma grave e immedida censura, fazendo-o responsavel por se não ter podido verificar a prisão de um homem que se considerava criminoso, e que na opinião de s. ex.^a devia ter sido preso antes! O digno par fallou sem conhecimento de causa. Sabia elle, quando dirigiu ao sr. ministro da justiça a sua censura, se antes havia os fundamentos que houve depois para se ordenar aquella prisão?

O sr. ministro da fazenda não escapou tambem das injurias do digno par; mas como s. ex.^a está presente, e tem a palavra, abstenho-me de tomar a sua justa defeza.

O sr. ministro do reino, no conceito do digno par, é censuravel pelo impulso que tem dado ao rapido desenvolvimento dos interesses materiaes do paiz! Esta censura faz o seu elogio, e mostra quanto o digno par é contradictorio nas proprias opiniões que tem manifestado n'esta casa. Hoje é o sr. ministro do reino censurado pelo rapido desenvolvimento que procura dar aos interesses materiaes do paiz; n'outras occasiões este mesmo sr. ministro, e outros, têm sido censurados por não desenvolverem esses mesmos interesses com rapidez!

Sr. presidente, concluo assegurando ao digno par, que aprecio tanto o bom conceito d'esta camara e do paiz, quanto pouco me inquieta a opinião que possa merecer ao digno par.

(Entraram os srs. ministros da marinha, reino e justiça.)

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—eu desejo que v. ex.^a não feche a sessão de hoje, sem que me dê a palavra para uma explicação. Não peço a v. ex.^a que m'a dê agora, porque não é da minha intenção privar o sr. ministro da fazenda de fallar, visto ter a palavra: eu usarei d'ella no fim da sessão.

O sr. Presidente:—sim, senhor.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—certifico ao digno par o sr. visconde de Fonte Arcada de que não ha de obstar-lhe a que dê todas as explicações que julgar convenientes; com quanto elle orador, não tenha a honra de ser membro d'esta camara comprehende contudo o seu dever, e não usará portanto de alguma expressão que concorra para asediar os animos. E facto porém, que o digno par não tratou de discutir o projecto de lei em discussão, tratou sim de gastar todas as suas forças na questão de confiança, ou melhor dirá, nas biographias dos ministros da coroa, que s. ex.^a descreveu com termos pouco favoraveis para o caracter dos individuos que occupam estas cadeiras.

O discutir a politica do governo, e pôr a questão de confiança em uma questão de imposto, não é proprio de um membro do corpo legislativo; mas a confiança dos ministros deve avaliar-se pelos actos que elles como taes praticam, e não pela desfiguração de actos pessoas praticados antes de terem essa qualidade. Na analyse de que se occupou o digno par o sr. visconde de Fonte Arcada não podia, elle orador, deixar de ser contemplado, e foi-o. S. ex.^a começou pelo sr. presidente do conselho de ministros, censurando a escolha que se fez d'este cavalheiro, para um alto emprego do estado, cavalheiro carregado de servicos que durante a sua vida tem feito á patria. Em presença d'este proceder do digno par já se vê que ninguém podia ficar isento de escapar ás setas amargas de s. ex.^a, e então coube a elle, orador, tambem a sua vez, não sendo a sua pessoa das mais bem tratadas. Contudo, folgou, elle orador, de que s. ex.^a apresentasse aquella referencia a um acto praticado antes de ter a honra de se sentar na cadeira de ministro, porque assim lhe fornece occasião de dar uma resposta categorica sobre o assumpto a que o digno par alludiu, e mesmo porque preferia a guerra em campo descoberto, a que se apresenta sob forma mais ou menos disfarçada.

Dirá pois, que seria indigno de exercer o logar de ministro da coroa, que tem a honra de occupar, se tivesse emitido as opiniões que lhe attribue o digno par. Dirá mesmo, que chega a não comprehender como haja quem possa ter em pouca conta a independencia e autonomia do seu paiz! Esse escripto em que vem as palavras alludidas pelo digno par, era destinado precisamente a combater certos principios que se tinham aventado, sendo como era livre debater taes questões na imprensa. E porém certo que não se pôde avaliar o merecimento d'esse impresso transformando-lhe os periodos, os quaes transformados deixam imperfeito e incompleto o sentido.

Ha cousas de que se não dão explicações, senão quando se é claramente provocado, porque os homens que presam o seu caracter não descem a dallas sem provocações muito abertas. Diz isto pela parte que lhe é pessoal, e não podia, portanto, deixar de assim proceder. Conhece contudo que o digno par é dirigido pelo fogo das paixões, o que acha muito inconveniente em qualquer, e mais ainda no digno par que tem um espirito claro, mas que estava de certo muito impressionado na occasião em que fallou.

O digno par leu uma circular, na qual certa auctoridade administrativa tratava de dar esclarecimentos aos seus administrados sobre os projectos financeiros do governo. Cumpre-lhe declarar que o governo não mandou escrever a ninguém taes circulares, e por isso os membros da administração não tomam essa responsabilidade. Não sabe mesmo se essas circulares são exactas.

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—já o digno par conde da Louzã, na qualidade de governador civil d'aquello districto, declarou que eram verdadeiras.

mas ao governo não ha de tolher-se o direito de des- illudir aquelles que o têm andado. Que se trata de augmentar a receita publica, isso não esconde o go- verno, nem o podia esconder, porque quer nos re- latorios, quer nos discursos que os membros da ad- ministração têm feito no parlamento, muitas vezes o têm dito, sujeitando-se á impopularidade que ha sempre que se trata de augmentar os impostos, mes- mo porque ha mais facilidade em os combater do que em fazer capacitar da necessidade d'elles aos que os ha de pagar. O governo, portanto, não po- dia esconder a sua opinião da necessidade de aug- mentar a receita publica, nem a podia mandar es- conder pelas suas autoridades; mas também não se limitou só a isto os projectos do governo, por- que se de um lado se trata de augmentar a receita, pelo outro promovem-se grandes melhoramentos no paiz, e permitta-lhe o digno par dizer, que não é com o fim de satisfazer as necessidades imaginarias de um progresso indefinido, de que o digno par fez a descripção, e na qual elle, orador, não entra por- que não chegou bem a comprehende-la, pois não pôde comprehender a theoria phantasmagórica do progresso, que s. ex.ª attribuiu a alguns dos seus collegas, nem também se devem esperar seculos, como s. ex.ª parece querer, porque estes melhora- mentos são reclamados instantaneamente, e felizmente n'esta parte as aspirações do paiz não acompanham o digno par. O paiz não quer esperar seculos por estes melhoramentos que se propõem, que não são tantos quantos seriam para desejar, porque ninguém desconhece que não se pôde realizar n'um dia todos aquelles de que carecemos, mas podem melhorar-se em primeiro lugar as nossas communicações, e fa- zer com que os nossos productos venham facilmente para os focos de consumo e de exportação. Esta é uma necessidade de tal ordem, que seria impos- sível a qualquer governo parar em tal caminho.

Ora, se é verdade que a opinião geral do paiz impelle para este caminho, se é verdade que já n'esta sessão foram votados tres caminhos de ferro, de que ninguém desconhece a importancia, e cuja despesa total importa em nada menos de 10.000.000\$ réis aproximadamente, como pôde haver quem des- conheça a necessidade que ha n'esto momento de se querer manter o nosso credito, occorrendo ás despesas que resultam de melhoramentos de tal or- dem?

Discutamos o orçamento, disse o digno par. Ha de discutir-se, continua o orador, como todos dese- jam, a fim de applicar o mais productivamente pos- sível as despesas publicas; mas é necessário que se mostre também que não é d'este governo, nem dos outros que o tem precedido, a culpa de que pela redução da despesa esta se não tenha equilibrado com a receita. A redução da despesa é uma utopia, que só não reconhece quem não se entrega ao estudo das cousas publicas. Applicar melhor algu- mas verbas de despesa, applica-las mais producti- vamente, isso é possível; mas, equilibrar a receita com a despesa por meio de reduções no orçamen- to, quando de todos os lados se reclamam melho- ramentos no serviço publico, quando ninguém ignora que os funcionarios publicos estão muito mal retri- buidos, que com os pequenos ordenados que se dá aos juizes, aos militares, em summa, a todos quan- tos servem o estado, se não pôde exigir a respon- sabilidade e serviço que era para desejar, é inútil querer apellar para as economias no orçamento. Entretanto, este principio não é para desprezar, mas quem esperar de ali a salvação das nossas fi- nanças, vae n'um caminho errado, como se demon- stra pelo exame do orçamento e dos factos.

Se o governo apresentou ás cortes, e está pendente uma proposta, em que se pede um *bill* de indemnida- de, porque não deu a devida applicação a certas sommas que tinham sido destinadas para caminhos de ferro e outros melhoramentos, por este facto se demonstra bem qual o estado da receita publica, porque este crime, se o é, não é só d'esta adminis- tração, mas também da passada, pois ambas foram levadas da necessidade de commetter este illegali- dade forçosa e indispensável. Este facto não demon- stra outra cousa senão que de ha muito que as dif- ficuldades do thesouro forçam os governos a lançar mão de medidas extraordinarias, que devem cessar por uma vez, o que se não pôde fazer sem augmen- tar a receita.

Por muito tempo foram diversos os expedientes adoptados, como, por exemplo, a suspensão dos ju- ros da divida fundada e fluctuante, o atraso dos pa- gamentos aos servidores do estado, e diversos outros meios; mas, depois de certa epocha, reconheceu-se a necessidade de pagar em dia a todos os que se em- pregam no serviço publico; os juros das nossas di- vidas são regular e religiosamente pagos, como é indispensável para poder haver credito, assim como todos os outros encargos votados pelo parlamento; portanto, que recursos pôde ter o governo se não ir buscar a outras fontes os meios de occorrer a todas as despesas?

Ainda que a proposta do *bill* de indemnidade não está em discussão, essa diversa applicação de fun- dos, que não é só d'esta administração, que é de todas as administrações, e que o ha de ser em quanto não houver uma receita maior, em quanto se não estabelecer o equilibrio entre a receita e a despesa, demonstra a necessidade que ha de se não deixar levar d'este impulso natural de popularidade, que sendo de certo uma das bellas aspirações, porque é uma das melhores recompensas que o homem pu- blico pôde ter, não é todavia o que nas actuaes cir- cunstancias se deve desejar, porque é mais nobre o sacrificio e a abnegação d'essa lisonjeira recompen- sa, quando o interesse de paiz exige que se lhe falle verdade, embora seja, na apparencia, contra os seus pretendidos interesses.

Em quanto ao projecto em discussão, foi tão pouco o que sobre elle disse o digno par, que muito pouca margem deixa a elle, orador, para lhe responder; mas não podia concluir sem observar a s. ex.ª que não ha imposto algum que não ataque a produção ou a renda. Em todos os paizes o imposto das si- zas e o do direito de transmissão é um dos mais an- tigos, porque a propria revolução franceza, que não poupava as cousas antigas, conservou contudo a contribuição do registro. Ora, uma vez accito o prin- cipio, não vê elle, orador, razão alguma para que se possa querer que não seja applicado a todos os diversos modos da transmissão da propriedade; por- que, se é justo facilitar que a propriedade se possa transmitir, é indispensável o imposto em todos os contratos; e não reconhece também razão para que quando o imposto é exigido pela venda o não seja pela troca, ou outro qualquer contrato. A questão toda está no modo de avaliar as diferentes circums- tancias, e é isto o que se estabelece no projecto. Apesar de todo o rigor da lei, o digno par ha de encontrar isenções que respondam ás suas objecções. Encontra, por exemplo, em relação á emphyteuse, a isenção dos bens vinculados; esta isenção é com o fim de facilitar os aforamentos. Encontra mais a isenção nas subrogações de bens vinculados por ti- tulos de divida publica que, se não deriva de um principio de justiça absoluta, deriva do desejo de os favorecer e facilitar os contratos.

Quanto ás vendas feitas conjuntamente com afora- mentos, estão precisamente no caso: quando se vende em parte e em parte se afira, não vê elle, orador, razão para que deixe de pagar o imposto em relação ao preço por que se vendeu a parte que se alienou: esse preço já se vê que é alem do fundo que se estipula n'uma somma que se recebe a que vulgarmente se chama luvas. Quando, pois, assim

se resolvem dois contratos, um de venda outro de emphyteuse, não vê razão nenhuma, repete, para que na primeira parte deixe de estar sujeito da mes- ma maneira á regra estabelecida sobre o que res- peita ás vendas, e ao dominio util da parte que se transmite.

É o que elle, orador, pôde dizer em quanto á pergunta formal que lhe fez o digno par. Vae, por- tanto, concluir, porque não deseja faltar ao que pro- metteu no principio do seu discurso, a fim do digno par ainda ter tempo de se explicar. Pela sua parte estão dadas as explicações; assim como está satis- feito o pouco que tinha a dizer sobre o projecto, porque o digno par antes de entrar no assumpto cançou-se, e não tanto pelo tempo que levou o seu discurso, como pela irritação de que se deixou pos- suir. Elle, orador, faz votos para que os debates, n'este como n'outros assumptos, se mantenham com ampla liberdade e eloquencia; mas quizerá que se tratasse sempre tão sómente do objecto que proprie- tamente se discute, pela inconveniencia que sempre trazem as divagações, como a camara acabava de observar.

O sr. Visconde de Forte Arcada:—sr. presiden- te, eu declaro que nunca vi extranhar que um orador qualquer depois de ter fallado duas horas se- guramente diga que está cansado; alem do que, as constituições não são iguaes, uns podem fallar mais tempo outros menos.

Agora o que eu também sempre tenho visto é que quando um membro qualquer d'esta camara pede para ficar com a palavra reservada em conti- nuação para o dia seguinte, e a camara annue a isso, fecha-se a sessão sem que o discurso seja inter- rompido por outros, o contrario é muito inconveni- ente, não só porque faz com que quem responde tenha que responder duas vezes, mas porque o orador que declarou não poder continuar por estar can- çado, vê-se, como me aconteceu agora, obrigado a tomar de novo a palavra com grande incommodo meu; entretanto, sr. presidente, eu pouco direi agora porque á amabilidade com que o sr. presidente do conselho me tratou não sei responder.

Responderei, pois, tão sómente, que tudo quanto eu disse sobre os decretos das nomeações referia-se aos ministros que n'esses decretos se acham assigna- dos, por quanto os ministros é que respondem por aquillo que assignam, e é a elles que se referem as reflexões que se fazem sobre os actos do governo; eu nunca alludi, nem podia alludir á pessoa a quem o sr. presidente do conselho pretendia que eu me referisse.

No governo absoluto é que não era permitido analysar quaesquer actos dos ministros ou empregados do estado, porque se dizia que sendo nomeados pelo rei, censurá-los era o mesmo que censurar o rei que os havia nomeado, mas agora estamos longe d'esses tempos; os actos do poder executivo são assignados pelos ministros, e estes são os unicos responsaveis. Não se falla de pessoas que estão fóra de toda e qualquer discussão, e da minha parte não houve nem por sombras a mais leve in- tenção de commetter tal inconveniencia. Final- mente, sr. presidente, eu entrei n'esta discussão co- mo entendi, tenho porém a consciencia de que não empreguei phrase alguma que não podesse dizer aqui, nem expendi idéas que se não podessem apre- sentar n'esta camara. O que eu porém vejo, é que á força de me querer censurar, trouxe o digno par presidente do conselho a narração de conver- sas particulares que se lembrou que eu havia tido com s. ex.ª Ora o facto não é exacto, porque eu nunca disse que havia de fazer guerra a todos os governos, mas quando o tivesse dito, a revelação o que fazia era ensinar-me, como me ensina, a ter toda a cautella d'aqui por diante em conversas par- ticulares com o digno par, para que s. ex.ª não ouse novamente vir pôr tudo a publico. (O sr. Presidente do conselho:—eu não declarei que m'o tinha dito.) Não sei, importa o mesmo.

Agora, sr. presidente, o que digo é que fui tão mal entendido pelo digno par presidente da adminis- tração, que eu até lhe tinha feito todos os elogios como a camara se lembrará! Eu não censurei a nomeação da pessoa, foi o quando, a occasião da nomeação. Eu disse até que o digno par era muito digno de ser do conselho d'estado, que ninguém o poria em duvida. Disse que o modo e a occasião é que me parecia pouco decorosa, e disse que parecia, não disse que era. Ora o tirar-se depois a conclu- são que se tirou, a fallar a verdade é força de pre- venção. Finalmente eu tratei a questão e usei da pa- lavra como entendi, expondo francamente as minhas idéas, como sempre costumava fazer; é possível que eu entendesse mal no modo de tratar a questão, isso é até muito natural; mas o que eu fiz foi usar de um direito que tem todos os membros dos corpos legislativos, direito que se não o podesse exercer de nada serviriam estes corpos, e então seria melhor acalhar com tudo isto, fechando-se estas portas.

Nada disse, nem tenho que dizer, das quali- dades pessoas dos srs. ministros, não tratei de os avaliar senão na politica, e não empreguei phrases menos decentes ou offensivas. Finalmente eu tenho a palavra para a sessão seguinte, e então direi o mais que tenho a acrescentar, dando por acabada esta explicação.

O sr. Presidente:—a hora já deu, por consequen- cia estão findos os trabalhos de hoje.

Segunda feira reúne a camara em tribunal de jus- tiça, e então como o objecto que está em discussão é de muito interesse: haverá sessão na terça feira, sendo a ordem do dia a mesma de hoje em conti- nuação. Está levantada a sessão.—*Erão cinco ho- ras e um quarto da tarde.*

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 16 de junho de 1860.

Os srs. visconde de Laborim; cardeal patriarcha, marquezes de Ficalho, das Minas, de Niza, de Ponte de Lima, da Ribeira, de Vallada; arcebispo de Eyo- ra; condes das Alencovas, da Azinhaga, do Bom- fim, de Linhares, da Louzã, da Ponte de Santa Ma- ria, do Sobral; bispos de Coimbra e da Guarda; vis- condes de Athoquia, de Balsemão, de Benagzil, de Campanhã, de Castellões, de Castro, de Ponte Ar- cada, de Gouveia, da Luz, de Ovar, de Sá da Ban- deira; barões de Arruda, da Vargem da Ordem; Mello e Saldanha, D. Carlos Mascarenhas, F. P. de Magalhães, Margiochi, Moraes Pessanha, Silva Carvalho, Aguiar, Larcher, Silva Costa, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 20 DE JUNHO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Á meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 72 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta (depois de lida)

O sr. Luiz Albano:—pertencendo á commissão de instrucção publica, e acabando de ouvir pela leitura da acta, que na sua ausencia fora presente á ca- mara o parecer da mesma commissão sobre o pro- jecto de lei do sr. Thomás de Carvalho, relativo aos

reencursos para as cadeiras das escolas medico-ci- rurgicas de Lisboa e Porto, desceja saber o caminho que tem a seguir, para que o seu voto sobre aquelle parecer possa ser impresso e discutido conjunta- mente com elle. Novo como é no parlamento, e por isso pouco conhecido das praticas parlamentares, desceja que o sr. presidente lhe diga o que tem a

separar do parecer da commissão, nem este ser dis- cutido independentemente d'aquelle, por quanto está vendo que esta questão não vae seguindo bom ca- minho, e quer sustentar o direito que tem como mem- bro da commissão, para que o seu voto, seja conhe- cido por toda a camara.

O sr. Presidente:—o illustre deputado pôde fa- zer o seu voto em separado, que será impresso e junto ao parecer da commissão, que já foi mandado para a imprensa.

O orador:—lamenta que se tenha aproveitado o ensejo da sua ausencia, para se trazer á camara o parecer sobre um projecto que mereceu tanto cui- dado á commissão de instrucção publica, e sobre o qual era sabida a sua opinião, que discordava da de alguns dos membros da mesma commissão; a qual lhe havia feito a honra de o nomear perante ella seu relator n'esta questão.

O facto da falta da sua assignatura n'aquelle pa- recer, pôde dar lugar a interpretações diversas, e talvez desfavoráveis a seu respeito, sabendo-se que pertence á commissão e á universidade, e poden- do se presumir talvez que abandonou uma questão, que aliás lhe merecia a mais decidida importancia. É por isso não se contenta com que o seu voto seja impresso em separado, e distribuido na camara; mas quer ainda que ao proprio parecer da commissão fi- que junto o indicio, de que tomou parte na ques- tão, e votou contra o parecer, sustentando outro principio; e por isso requer, que ás assignaturas do parecer seja adicionada a sua, declarando-se que tem voto em separado; porque d'esta forma o parecer e o voto serão distribuidos conjuntamente na camara, e os tomara na devida consideração.

O sr. Presidente:—isto não tem nada com a acta, e por isso sujeita a á approvação da camara.

É approvada.

O sr. Presidente:—dá a palavra ao sr. Thomás de Carvalho para responder ao sr. Luiz Albano, observando contudo que não é a occasião mais pro- pria para se tratar d'este assumpto.

O sr. Thomás de Carvalho:—antes de hontem foi mandado para a mesa um projecto da commissão sobre os recursos das escolas medico-cirurgicas. Este projecto teve iniciativa renovada no principio d'esta sessão, e só no fim d'ella é que pôde ter parecer. Aconteceu que um illustre deputado, membro da commissão, se retirou de Lisboa, mas não era razão para deixar de se apresentar o parecer, visto estar assignado pela maioria da commissão, e faltando uma só assignatura. Os trabalhos não hão de pa- rar, porque os illustres deputados, em lugar de es- tarem na camara, se acham ausentes. A commissão pois não é culpada da ausencia do illustre de- putado, a quem cumpria estar na camara, onde tem a desempenhar o seu dever, em vez de sair da ca- pital.

O sr. Luiz Albano:—agradece, mas não pôde acceitar a censura feita pelo illustre deputado, apella- da para a camara, sobre o modo porque se tem ha- vido no cumprimento dos seus deveres, como mem- bro d'esta casa; e no desempenho das commissões, com que a camara o tem honrado. Se agora des- cou de assistir a tres ou quatro sessões, foi porque uma necessidade imperiosa a isso o obrigou; e não reconhece ao illustre deputado o direito de vir aqui tomar contas d'esse facto, cuja responsabilidade é toda sua.

Declara que o projecto em questão mereceu muito a attenção da commissão; a qual desde logo o dis- tribuiu, fazendo-lhe a honra de o nomear seu rela- tor, e invoca o testemunho do mesmo sr. deputado que o argue, para que declare, se fez esperar por muitos dias a apresentação do seu parecer sobre o projecto.

A commissão occupou-se desde logo da sua dis- cussão, e como d'elle discordassem alguns membros, e outros vacillassem sobre o modo porque devia ser resolvida a questão, as discussões se adiaram e repetiram depois, mesmo porque alguns dos mem- bros da commissão pediram tempo para estudar a materia, e formar sobre ella o seu juizo.

Ultimamente houve uma reunião da commissão n'um dos tres dias em que por doente faltou á ca- mara, e constou-lhe depois que ali fora presente por um dos membros um parecer, que fora aprovado pela maioria dos presentes. Em seguida concorreu a outra sessão, na qual o projecto e o parecer volta- ram á discussão; e ali se decidiu que se formassem os dois pareceres, de maioria e minoria, e viessem ambos conjuntamente á camara.

Agora acaba do ver, com assombro seu, que se desconsiderou completamente aquella resolução, que se desprezou o seu voto e a sua presença, e que na sua ausencia se trouxera á camara o parecer sem a sua assignatura!

Alem do que elle, orador, era o relator perante a commissão, e não lhe consta que outrem fosse nomeado em seu lugar perante a commissão e a camara. Por isso protesta contra este facto; e pede ao sr. presidente que mande adicionar o seu no- me ao dos signatarios do parecer, declarando que tem voto em separado, o qual amanhã trará á ca- mara e mandará para a mesa.

O sr. Presidente:—já disse ao illustre depu- tado que logo que apresente o seu voto em separado, ha de ser impresso e discutido conjuntamente com o parecer da commissão.

Mandam-se lancar na acta as seguintes declara- ções:

1.ª Do sr. Azevedo Pinto, de que não compare- ceu á sessão de hontem por motivo justificado.—*Inteirada.*

2.ª Do sr. Forjaz, de que tem faltado com causa ás sessões anteriores.—*Inteirada.*

3.ª Do sr. Santos Lessa, de que não compareceu á sessão anterior por motivo justificado.—*Inteirada.*

4.ª Do sr. Luiz Albano, de que não pôde assistir ás ultimas sessões da camara por motivo justificado.—*Inteirada.*

EXPEDIENTE

1.ª Uma representação da camara municipal da villa de S. Sebastião, da ilha Terceira, pedindo a revogação do decreto de 24 de outubro de 1855, na parte que supprime o seu concelho.—*A commissão de estatística.*

2.ª De alguns habitantes da cidade de Guimarães e seu concelho, contra a desamortização dos bens das religiosas.—*As commissões ecclesiastica e de fazenda.*

3.ª De alguns cidadãos do arcebispoado de Bra- ga, no mesmo sentido que a antecedente.—*As mesmas commissões.*

4.ª Das religiosas dos conventos de Santa Maria de Cellas, e Santa Anna, em Coimbra, no mesmo sentido que as antecedentes.—*As mesmas commissões.*

5.ª Dos contribuintes do concelho de Celorico de Basto, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.—*A commissão de fazenda.*

6.ª De mais alguns habitantes de Alemquer, no mesmo sentido que a antecedente.—*A mesma commissão.*

7.ª Da camara municipal e varios cidadãos do concelho de Santa Cruz, na ilha Graciosa, contra a proposta para a supressão da relação dos Ago- res.—*A commissão de legislação.*

8.ª Dos porteiros da academia das bellas artes de Lisboa, pedindo augmento de ordenado.—*A commissão de instrucção publica, ouvida a de fazenda.*

9.ª Da camara municipal de Oliveira do Bairro, pedindo a approvação da proposta de lei do gover- no para a liberdade do commercio do vinho.—*A commissão de vinhos.*

10.ª Da camara municipal de Faro, contra a pro- posta de lei que supprime o lyceu de Faro.—*A commissão de instrucção publica.*

Tem segunda leitura um projecto de lei do sr. Lopes Branco, para ser concedido á camara mu- nicipal de Monte-mór o Velho o terreno que se acha cercado pelas muralhas e obras de que se compõe o antigo castello, que em epochas remotas ali foi levantado.

É admittido, e enviado ás commissões de admi- nistração publica e de fazenda.

O sr. Carlos Bento:—envia para a mesa uma re- presentação da camara municipal de Santarem, pe- dindo á camara que autorise o governo a pagar-lhe uma divida que está legitimamente julgada pe- los tribunaes, e a que a dita camara julga ter di- reito.

Manda também para a mesa outra representação da corporação da empresa do theatro do Gymna- sio, que renova o pedido que já fez de se lhe con- ceder um subsidio.

O sr. Jerônimo Rodrigues:—manda para a mesa dois pareceres da commissão de petições.

O sr. Justino de Freitas:—manda para a mesa dois projectos da commissão de fazenda.

O sr. Henrique Secco:—pede se lhe reserve a palavra para quando esteja presente o sr. ministro do reino.

O sr. Rodrigues Sampaio:—manda para a mesa duas representações, uma da camara municipal de Aldeia Gallega do Ribatejo, e outra da camara de Alcochete, para que continue a carreira dos vapores para aquella villa, que ficará suspensa se for approvada uma proposta do sr. ministro das obras publicas.

O sr. Rebello Cabral:—vae usar da palavra pedida ha dias por diferentes motivos e fins, sendo o primeiro o desempenhar a honrosa commissão de apresentar a representação das illustres autoridades de Pinhel, a saber: a camara e o conselho municipal, o gover- nador interino do bispado, o juiz de direito e o de- legado do procurador regio da comarca, e o admi- nistrador do concelho, para que, desatendendo-se a representação do concelho de Figueira de Castello Rodrigo, em que se pedia a criação de uma co- marca, cuja sede fosse a dita villa de Figueira, se crie contudo uma nova comarca com a sede na villa de Almeida, como é de conveniencia publica, quando fiquem organizadas as comarcas de Pinhel e de Almeida pelo modo constante do mappa que os illustres representantes apresentam, e que elle tem a honra de mandar para a mesa, a fim de se enviarem ás respectivas commissões que logo indi- caria.

Não exporia agora os muitos fundamentos em que se baseava tão digna e justa representação, por- que não era agora occasião propria e conveniente para isso, mas nem por isso prescindiria do dizer que os illustres signatarios da representação, ao mes- mo tempo que justificavam, mostravam uma abnegação louvável de interesses de localidades, e olha- vam tão sómente ao maior proveito do serviço pu- blico e á commodidade dos povos, pelo que se hon- rava e comprazia de ser o seu orgão n'esta camara, da qual esperava a maior consideração para objecto tão importante, e com esse fim pedia que a dita representação, com o mappa anexo, se re- mettesse á commissão de estatística, ouvidas porém, a de legislação, como cumpre, visto tratar-se de al- teração de divisão judicial, e sendo preciso também as de administração e de fazenda, a haver altera- ção de divisão administrativa, e augmento de des- pesa.

O segundo fim para que pedia a palavra, era para mandar para a mesa um requerimento no destino de não se devolvessem ao ministerio das obras pu- blicas, commercio e artes os cinco documentos originaes de lá remetidos a esta camara, segundo a requisição d'elle, orador, sobre a suspensão de tres estações do caminho de ferro de leste, como villa requisitado no officio de remessa dos ditos documen- tos, sem que ficasse uma copia autentica d'estes, para ficar constando na camara o seu conteúdo, do que havia de fazer uso por occasião de apresentar pro- postas para o restabelecimento das ditas estações, como o reclamavam os interesses dos povos, e da pro- pria empresa exploradora do caminho de ferro, se por ventura o governo não attendesse, como devia attender com urgencia, as diferentes representa- ções para o restabelecimento das mesmas estações, o qual até lhe constava era proposto como uma ne- cessidade publica pelo fiscal da exploração, o qual nunca informára sobre a possibilidade da suspensão da estação do Reguengo, e agora reclamava sobre a necessidade do restabelecimento da mesma estação, e das de Alverca e de Villa Nova da Rainha, cujos in- teresses tinha a peito defender e promover, e espe- rava que o governo e a camara attendessem, muito mais não se offendendo os direitos e os interesses da empresa exploradora, antes sim cumprindo-se a lei, e que com este fim mandava em terceiro lugar outro requerimento a pedir copia dos officios do dito fiscal sobre a necessidade ou conveniencia do res- tabelecimento das estações.

E, finalmente, pedia que lhe ficasse reservada a palavra para quando estivesse presente o sr. mi- nistro das obras publicas, a fim de chamar a at- tenção de s. ex.ª sobre a necessidade do acabamen- to das obras da ponte do Reguengo, as quaes mar- chavam quasi nullamente, talvez por falta de meios, acabamento indispensavel na presente estação, pa- ra não se inutilisarem depois com a epocha in- vernosa as obras feitas, se por acaso não se con- cluirem antes, perdendo-se assim alguns contos de réis, e deixando-se os povos visinhos entregues ao abandono, ou a uma quasi inundação permanente.

O sr. Mello e Minas:—desde o dia 5 d'este mez que a palavra lhe está reservada para quando es- tivesse presente o sr. ministro das obras publicas, mas como s. ex.ª não tem podido comparecer em razão do seu estado de saude, diz hoje alguma cou- sa sobre as explicações que tinha a pedir-lhe, e que devendo ser publicadas nas folhas officiaes, por el- las ver s. ex.ª o que convem fazer em relação ao andamento dos trabalhos na estrada de Castello Branco a Abrantes, e muito principalmente sobre a directriz que a mesma estrada tem a seguir de Sobreira Formosa em diante.

Alguns illustres deputados têm demonstrado as vantagens de que a estrada de Castello Branco á Guarda passe por Fundão e Covilhã; reconhece o quanto será vantajoso, não só para a provincia da Beira Baixa, mas para todo o paiz, se aquella es- trada passar ou se aproximar a tão importantes po- voações.

Mas esta obra será incompleta não se dando um grande impulso á estrada de Castello Branco a Abrantes.

Ha dezesseis annos que começaram os trabalhos n'esta estrada, e se exceptuarmos tres magnificas pontes que estão feitas, e outra quasi a concluir-se, o resto pouco tem adiantado.

Pois esta é a unica e verdadeira estrada, que pôde tornar florescente a Beira Baixa. É por ella que os seus generos e artefactos devem ser trans- portados á commercial villa de Abrantes. Ali po- derão seus donos fazer escolha, ou da via ferrea, ou da fluvial para os levar aos diferentes merca- dos do paiz, com especialidade a esta capital.

Acabem por uma vez as difficuldades que têm havido na escolha da directriz de uma estrada que dê á provincia da Beira Baixa a importancia de que ella se torna susceptivel.

Tudo o que não for trazer a estrada pelo coraço

da provincia, desde a cidade da Guarda á impor- tante villa de Abrantes, seja-lhe permitido o dizer, que o não acha acertado.

Alguem se tem lembrado de que a estrada de Castello Branco a Abrantes vá pelo Alentejo a en- troncar no caminho de ferro, que deve passar nas proximidades de Portalegre; também não lhe parece rasosavel um tal plano.

Sendo assim teriam as mercadorias e passageiros a percorrer de Castello Branco a Abrantes, e vice- versa, 120 e tantos kilometros, em lugar de uns 80 indo a estrada por Promeça a Nova, proximidades de Villa de Rei e Sardoal, villas do bastante impor- tancia, e que teriam a soffrir immensos prejuizos não se attendendo ao bem geral de toda a provin- cia.

Natural da Beira Baixa, eleito deputado por um dos seus circulos, e bastante conhecedor das neces- sidades da provincia, lamenta que ella esteja quasi iso- lada da capital por falta de vias de communicação.

A principal estrada em que presentemente se tra- balha é a de Castello Branco a Abrantes, a qual foi classificada de primeira ordem, e n'este sentido co- meçaram os trabalhos, e as pontes que estão feitas, e que são das melhores do paiz, têm as dimensões para uma estrada de primeira classe.

Ignora o que deu lugar para que a passasse a segunda, o que sabe é que tem havido um mau fado para aquella estrada, não só nas continuas transfe- rencias dos directores, como nos diferentes traga- dos que se têm feito.

Espera, pois, que quando o nobre ministro sou- ber que as suas informações são rasosaveis e ver- dadeiras, s. ex.ª de certo dará as ordens conve- nientes para que a estrada de Castello Branco a Abrantes tome o incremento que deve ter a prin- cipal estrada da Beira Baixa, á qual estão ligados muitos e variados interesses, não só das provincias do Alentejo, Estremadura e Beira Alta, mas de todo o paiz em geral.

O sr. Alves Martins:—chama a attenção do sr. mi- nistro da justiça sobre o projecto apresentado hontem pelo sr. Ferrer, relativo á dotação do clero; s. ex.ª já declarou que tinha este objecto em toda a conside- ração, mas como a iniciativa particular só pôde ser- vir de excitamento, e não para o andamento regu- lar, porque para esse é precisa a iniciativa do go- verno, pede a s. ex.ª que olhe para este negocio com a maior attenção, porque o clero não pôde continuar no estado em que se acha.

Aproveita a occasião, ainda que não está presente o sr. ministro das obras publicas, mas porque o gover- no é solidario, para fazer uma pergunta ao sr. ministro da justiça que a transmitirá ao seu collega.

Na sessão de 26 de maio o sr. ministro das obras publicas propoz o adiamento da questão Langlois, pedindo n'esta occasião a demora de oito dias na discussão, visto ter apparecido no *Jornal do Com- mercio* um artigo em que se apresentavam certas circumstancias que agravavam muito a situação do contrato; s. ex.ª pediu que se suspendesse a dis- cussão do projecto para elle examinar, se sim ou não, se verificavam os factos a que aquelle jornal alludia; os oito dias acabaram ha quasi um mez, e por isso deseja saber se o governo tenciona trazer á camara o resultado das suas investigações.

O sr. Ministro da justiça (Martins Ferrão):— considera também de grave importancia a questão da dotação do clero, e se não trouxe ainda um tra- balho n'este sentido, é porque se persuadiu ser im- possível de que ainda n'esta sessão se possa discu- tir. Declarou já ha muito, que não obstante occu- par-se d'esta materia, e de ter mesmo alguns tra- balhos concluidos, estava prompto a ir ao seio da commissão dar todos os esclarecimentos sobre os projectos que lá estão apresentados por diversos srs. deputados, e expor quaes as suas idéas acerca d'esto importante assumpto.

Tendo-se o illustre deputado referido ao contra- to Langlois, dirá que o governo não se tem descul- sado de proceder ás indagações necessarias para formar um juizo seguro e claro acerca das suspei- tas que se lançaram sobre elle, a fim de poder in- formar a camara a esse respeito; mas brevemente trará este assumpto ao parlamento, mesmo porque a camara não pôde ser encerrada sem tratar de uma materia que já entrou em discussão, e que foi sus- pensa pelo desejo que o governo tem de se escla- recer sobre pontos importantes.

O sr. Lobo d'Avila:—manda para a mesa um pro- jecto de lei, que fica para segunda leitura; e um requerimento, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Balduino:—quando se tratou na camara da questão de Angola, e n'ella tomou parte, teve a honra de chamar a attenção da assembléa e a do governo sobre o comportamento do presidente da relação de Angola, Luiz José Mendes Affonso, e alludiu, para justificar as suas reflexões, a uma carta que recebeu, na qual se mencionavam varios factos praticados por esse magistrado. Alguem disse então que elle, orador, não devia trazer para a camara cartas de particulares, porque não faziam fé; cumpre-lhe porém notar, que essa carta referia- se a actos publicos que constam de documentos au- thenticos; e só podia ser considerado injusto se viesse com uma carta particular, e sem outras pro- vas, lançar nodos em alguns dos membros da ma- gistratura judicial; mas não era esse o seu caracte- re, nem o ha de ser nunca. Leu a carta para mostrar que ella se referia a documentos, que não lê a ca- mara, e basta só dizer que são publicas fórmulas de graves accusações feitas a esse magistrado; e o pri- meiro documento, ainda que não importa um acto de venalidade, importa contudo a falta de dignida- de que deve ter todo o cidadão no desempenho dos seus deveres. Prova-se com elle que esse magistra- do tendo chamado um boticario para o tratar de uma enfermidade, foi, depois de uma accusação que lhe promoveu o physico-mór da provincia, julgar esse mesmo boticario, quando o processo subiu ao julgamento. En quanto ao segundo documento, com- porta elle a falta de cumprimento dos deveres de juiz de primeira instancia, que então era, e de que resultou uma grande perda para o cofre dos or- çãos d'aquella provincia.

Não querendo cangar a camara com a leitura dos documentos, notará unicamente que este ma- gistrado, sendo juiz de primeira instancia, mandou passar guias para receber os productos das arre- matações pertencentes aos orphãos, e sendo estas guias pagas, a sua importancia nunca entrou nos mesmos cofres.

Não pôde classificar este procedimento se não de falta de cumprimento de um dever; e se não é pe- culato ver-se ha quando foi examinado minudamente o que diz o documento por uma commissão co- posta de individuos que tenham conhecimento pre- vio da materia. A importancia que deixam de en- trar nos cofres é mais de 200.000 réis.

tos cuja authenticidade ninguém pôde contestar, e limitar-se, para corroborar as suas asserções, a ler um accordo da relação de Lisboa, que diz respeito a este juiz (leu-o).

Parece-lhe ter demonstrado que este juiz, além de ignorar os seus deveres, como se prova pelos documentos que manda para a mão do sr. ministro da marinha, praticou mais aquelle acto, e não pôde por isso continuar a desempenhar as suas obrigações como presidente d'aquella relação.

Portanto, já vê a camara que o sr. ministro do reino não foi justo, quando disse «que não podia consentir que se fizessem accusações a um funcionario por cartas particulares.»

O illustre ministro tambem disse «que este funcionario foi escolhido por uma capacidade, e mais recta que tem este paiz, o sr. visconde de Sá. Não ha duvida, e é o primeiro a fazer justiça ao sr. visconde de Sá, como militar honrado, honesto e amigo do seu paiz; mas o sr. visconde de Sá pôde errar como erram todos os homens.

Acompanha o sr. Affonso nos elogios que fez ao sr. Fernando da Costa Leal (o sr. Visconde de Pinella:—apoiado); porque, na verdade, o sr. Leal é digno de todos os elogios: é um militar honrado, intelligente e decidido, capaz de desafiar o nome portuguez; mas disse o sr. Affonso n'essa occasião, que o governador que ha pouco foi substituído era a antithese de tudo isto; contudo, não supõe que o illustre deputado quizesse dizer que esse governador não tem probidade. Tendo apparecido essas expressões na camara contra aquelle cavalheiro, entende dever declarar isto, porque tem pleno conhecimento d'elle; porque habitou cinco annos n'aquella provincia, deu-se sempre com elle, e nunca lhe constou que no exercicio do seu emprego prevaricasse; e pelas palavras do sr. deputado, publicadas no *Diário de Lisboa*, podia ficar-se suppondo que elle não era probo e honrado. Não o justifica quanto ao que praticou ou deixou de praticar a respeito dos acontecimentos que tiveram lugar em Mosamedes, mas sustenta que é homem probo e honrado, e que tem habilitação para desempenhar o seu logar.

Tem-se fallado muito na imprensa da grande sublevação que teve lugar, tanto ao norte como ao sul de Loanda. Não diria agora as causas que deram lugar a isto; mas é certo que em 1853, quando foi para aquella provincia em companhia do governador geral, o visconde de Pinheiro, soube que este cavalheiro levava instruções para occupar o Congo e Ambriz; que apenas chegara a Angola o visconde de Pinheiro mandára proceder a indagações por uma comissão, e que verificando-se não ser elle opportuna a occasião para aquella occupação, se desistiu d'ella, esperando-se por melhor conjuntura. Tempo depois foi occupado o Congo e Ambriz, e é posterior a essa occupação que tem tido lugar as desordens de que a camara tem conhecimento.

Nada mais diz sobre esta questão, porque não foi para isso que pediu a palavra.

Tendo dado a camara explicação dos factos que pesavam sobre a sua consciencia, e não querendo que o paiz apreciase menos devidamente as palavras que tinha proferido, quando lhe uma carta particular, que se referia a actos publicos constantes de documentos publicos; resta-lhe só pedir a camara desculpa de ter prendido a sua attenção por algum tempo.

O sr. Almeida Pessanha e Francisco Costa mandam para a mesa requerimentos.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI N.º 47, NA SUA ESPECIALIDADE.

Lê-se e é approvado o artigo 1.º sem discussão.

Entra em discussão o artigo 2.º

O sr. Lobo d'Ávila:—a lei vigente de 31 de outubro de 1837 estabeleceu que da contribuição da renda das casas fossem excluidas aquellas, cuja renda não fosse superior a 30\$000 réis nas cidades de Lisboa e Porto; a 15\$000 réis nas terras de segunda ordem, e a 10\$000 réis nas outras terras; e o artigo 2.º do projecto em discussão estabelece que este imposto recida nas casas que pagarem 20\$000 réis de renda nas terras de primeira ordem, 15\$000 réis nas de segunda, 10\$000 réis nas de terceira e quarta, e 5\$000 réis nas terras de quinta e sexta ordem; quer dizer, em lugar de continuar a pagar este tributo sobre a renda de 30\$000 réis, como até aqui, nas terras de primeira ordem, fica pesando sobre a renda de 20\$000 réis. Não se oppõe a esta lei; a que porém lhe não parece aceitavel é que se estenda esta contribuição até ás casas que pagam 5\$000 réis de renda; considera demasiadamente pequena esta renda para se lhe lançar contribuição. Quem paga menos de 500 réis de renda de casas por mez, não pôde ser obrigado a este imposto.

Se a commissão quer considerar o principio d'este imposto como puro e simplesmente proporcional, não o deve estabelecer n'essa escala, porque assim perde de natureza de imposto proporcional, e toma o caracter de imposto progressivo (*apoiados*). Este imposto não é de quota; é um imposto que ha de ser distribuído depois como imposto complementar ás taxas fixas. Não sabe que haja proporção, sobre um imposto que se estabelece sobre rendas diversas em terras de diversa ordem, e em individuos habilitados com meios diferentes. Qual é o principio sobre que assenta este imposto? É sobre os indicadores que tem o individuo para pagar; vão-se procurar os indicadores que revelam o rendimento de cada individuo, para sobre esse rendimento se lhe impo o tributo. Ora o indicador de uma renda tão pequena, como é a de 5\$000 réis, prova bem que o individuo que a paga não pôde estar habilitado para pagar este imposto, e por isso manda uma emenda para a mesa a esta parte do artigo.

Parecendo-lhe tambem que com a approvação d'este artigo fica approvada a tabella que vem annexa ao projecto, e preferindo a tabella apresentada pelo governo á que a commissão propõe, manda para a mesa uma substituição n'este sentido.

A percentagem que agora se estabelece na lei perde o caracter de imposto de quota. D'antes eram 4 por cento sobre a renda das casas, agora não se fixa essa percentagem, porque ha de ser o imposto necessário, para, junto com a taxa fixa, se elevar o imposto á somma de 180:000\$000 réis; portanto, esta taxa é repartida, em lugar de ser o imposto de quota. Tambem, em referencia a este modo de estabelecer a proporção, manda para a mesa uma proposta, para que se conserve o imposto de quota de 4 por cento sobre a renda das casas.

Lêem-se na mesa as seguintes propostas:

1.º Propunho que o minimo da renda annual das casas, sobre que pesa a contribuição, seja de 10\$000 réis, como era pela lei vigente de 31 de outubro de 1837.—*Lobo d'Ávila.*

2.º Propunho em substituição á tabella da commissão, a tabella da proposta de lei do governo.—*Lobo d'Ávila.*

3.º Propunho que em vez da repartição da percentagem complementar, se conserve o imposto de quota de 4 por cento sobre a renda das casas.—*Lobo d'Ávila—Cochão do Amaral.*

São admittidas á discussão.

O sr. Gavicho:—foi prevenido pelo sr. Lobo d'Ávila em quanto ao minimo da tabella substituindo 5\$000 por 10\$000 réis, e em parte em quanto á quota de 4 por cento.

Admitte a percentagem complementar com tanto que não exceda a uns tantos por cento sobre o valor locativo da casa.

Em quanto á tabella da ordem das terras, em coherencia com o que propoz quando se tratou da contribuição industrial, ha de propor a ordem das terras estabelecida pelo governo.

Esta contribuição parece ser mais uma contribuição sumptuaria em parte, do que uma contribuição pessoal, e o sr. ministro da fazenda sabe muito bem o que se tem dito e escripto contra as contribuições sumptuarias. A contribuição sumptuaria vae ferir o superfluo, e não pôde distinguir o que é o superfluo e o que é necessário.

Acha tão difficil marcar uma linha divisoria entre o superfluo e o necessário, que não se pôde collectar aquelle sem entrar o arbitrio, e o arbitrio em impostos é inadmissivel.

Se se vão collectar estes actos como signaes demonstrativos de uma grande riqueza, então temos o imposto progressivo, e se está á intenção do sr. ministro da fazenda da commissão, deseja saber qual é o limite d'esta progressão e como ella se marca. Se é o imposto progressivo mascarado, desmascare-se e diga-se com franqueza, até tal renda paga-se tanto; até tal mais tanto, etc.

Deseja saber se o imposto recadé só sobre as casas arrendadas, ou mesmo sobre aquellas que não estão habitadas? Se o valor locativo é em relação á parte habitada da casa, ou mesmo áquella parte que não for habitada? Quaes são as regras que hão de seguir os louvados para regular o valor locativo das casas?

Conclue mandando para a mesa as seguintes propostas:

2.º De uma percentagem complementar, não excedendo a 5 por cento sobre a renda das casas de habitação, que exceder a 30\$000 réis, nas terras de 1.ª ordem;

20\$000 réis, nas terras de 2.ª ordem;

15\$000 réis, nas de 3.ª ordem, e

10\$000 réis, nas de 4.ª e 5.ª ordens, no reino e ilhas adjacentes, a qual etc.

«A ordem das terras, a que se refere este artigo, é a que foi proposta por o governo para a contribuição industrial.»—*J. Gavicho.*

São admittidas á discussão.

O sr. Calça e Pina:—a tabella faz uma distincção em que não acha razão alguma, entre os vehiculos de transporte de duas e quatro rodas, collectando os de quatro rodas no duplo. Nas municipalidades costuma-se fazer esta distincção para o imposto das calçadas, e então a distincção é justa, porque os vehiculos de quatro rodas estragam mais as calçadas. Mas a intenção da lei é collectar o luxo, e n'este caso a distincção é injusta, porque um vehiculo de duas rodas pôde ser de grande luxo e pagar metade do que paga o de quatro rodas, que aliás só pôde significar uma absoluta necessidade, porque nas provincias, em consequencia das péssimas estradas e precipícios, só n'um vehiculo de quatro rodas se pôde transitar. A este respeito vae mandar uma emenda para a mesa.

Referindo-se ao n.º 2.º do artigo 2.º, observa, que parece deprehender-se da sua redacção, que tambem são collectadas as casas não arrendadas, e das casas o senhorio não tira lucro algum. Para o caso de ser este o pensamento da commissão, manda tambem para a mesa uma emenda.

As emendas são as seguintes:

«Onde se lê: «cada vehiculo de duas rodas, montado, isto é, tendo parrelha correspondente, etc.,» proponho que seja: «cada vehiculo de duas ou quatro rodas,» etc.

Requiro a eliminação da disposição que se segue a esta, e diz: «cada vehiculo de quatro rodas,» etc.—*Calça e Pina.*

Emenda ao § 2.º do artigo 2.º:

«Eliminadas as palavras: «ou valor locativo.»—*Calça e Pina.*

São admittidas á discussão.

O sr. Nogueira Soares:—a intenção do governo e da commissão foi considerar este imposto como proporcional, e não como progressivo; e por consequencia os argumentos que se produziram para provar que o imposto, como está estabelecido na tabella, é um imposto progressivo, não colhem, e, pela sua parte, e cre que do mesmo modo pensam os seus collegas da commissão, não admittam a theoria do imposto progressivo.

Se um creado paga apenas 1\$000 réis, se dois pagam 3\$000 réis, e tres 5\$000 réis; foi porque se entendeu que quem tinha um creado, tinha apenas a renda correspondente ao imposto, e quem tinha um maior numero de creados, tinha uma renda maior, porque a verdade é, que, quando uma pessoa augmenta o numero dos seus creados ou das suas cavalgaduras, não faz esse augmento na proporção exacta da sua renda, mas sim n'uma proporção inferior.

A commissão pensou que as casas que, nas terras de 5.ª e 6.ª ordem, rendem 5\$000 réis, correspondem ás casas que, nas terras de 3.ª e 4.ª ordem, rendem 10\$000 réis, e áquellas que, nas terras de 1.ª e 2.ª ordem, rendem 20\$000 réis; é ninguem dirá que a familia que em Lisboa habita uma casa de que paga 20\$000 réis, está em circumstancias mais favoraveis do que aquella que, n'uma terra de 5.ª e 6.ª ordem, paga 5\$000 réis. O governo, querendo tirar maior producto do imposto, não podia deixar de alargar a base.

Em quanto ás expressões «valor locativo» pela legislação actual o imposto sobre as casas recadé não só sobre aquellas que estão arrendadas, mas tambem sobre aquellas que os senhores habitam. A intenção da commissão foi conservar o mesmo principio da legislação actual, e refere-se ao valor locativo das casas que são habitadas por seus proprios donos, e não áquellas que elles não habitam e que não são arrendadas; entretanto a commissão não se oppõe a uma melhor redacção se se entender que não é bastante clara o projecto.

Pelo que toca á percentagem das rendas das casas de habitação, se até agora pagavam 4 por cento, podem hoje pagar menos, porque como se alargou consideravelmente a base do imposto, como o imposto hoje vae recair sobre um numero de predios muito maior do que até aqui, é muito provavel que a percentagem, embora o imposto cresça, seja inferior á que era até agora: o estado não tem direito a 4 por cento, tem direito á somma que for votada como contingente.

Um illustre deputado combatue a alteração feita pela commissão ao projecto do governo, na parte em que diminuiu a contribuição com relação aos vehiculos nas terras de 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem. A commissão julgou que esses vehiculos n'estas terras não eram tanto objecto de luxo como o são nas cidades, e ainda mais diminuiu a contribuição, porque se, quem os sustenta tem menor renda, não ha direito para com justiça se lhe lançar uma contribuição maior.

Em ultimo lugar observou outro illustre deputado, que não comprehendia a razão porque se estabelecia uma taxa differente para os vehiculos de duas rodas, e os de quatro rodas. A commissão entendeu que os vehiculos de quatro rodas indicavam uma renda maior do que os de duas rodas, porque os de duas rodas custam menos dinheiro e por consequencia significam uma menor renda; e da mesma forma entendeu que devia fazer a modificação que fez no projecto do governo, com relação a ser o vehiculo tirado por um cavallo ou por uma parrelha, por que não se pôde presumir que quem sustenta um cavallo tenha tamanha renda como quem sustenta dois.

Limita-se por em quanto a estas observações

para explicar o sentido da commissão, reservando-se todavia para responder a mais algumas objecções que hajam de ser postas pelos illustres deputados.

O sr. Rocha Peixoto (sobre a ordem):—tinha de liberado não entrar na discussão para não ferir a susceptibilidade do sr. ministro da fazenda, por quanto s. ex.ª exaltado é temivel.

O sr. Presidente:—pede ao sr. deputado que leia a sua moção de ordem.

O Orador (depois de a ler):—observa que as taxas com relação aos creados são excessivas nas terras de 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem, onde um anno quando toma creado faz logo conta á taxa que tem de pagar.

Outro tanto se dá com relação ás cavalgaduras. Nas terras d'esta ordem não são um objecto de luxo, são objecto de necessidade, e muito omeroso, porque quem tem uma cavalgadura é por não ter outro meio de que possa servir-se para se transportar de um ponto para outro ponto, e com mais razão acontece isto na provincia do Minho, porque no alto Minho não ha senão tres leguas de estrada de Vianna a Caminha. E não se oppo a que nos cavallos, que pela sua marca, ou por outra qualquer condição, podessem significar objecto de luxo, se lançasse a contribuição, parece-lhe que aquelles que não estiverem n'essas condições deviam ser isentos, para não sujeitar o lavrador, que os tem para se transportar, a esta contribuição.

Por esta occasião não pôde deixar de chamar a attenção do illustre relator da commissão, para a antiga legislação com relação ao imposto sobre a renda das casas; que a commissão alterou na parte em que sujeita a contribuição ás rendas de 5\$000 réis nas terras de 5.ª e 6.ª ordem, quando antigamente só estavam a ela sujeitas as de 10\$000 réis, o que vae affectar o pobre, o miseravel. Desejando que isto não tenha logar offerece a seguinte proposta:

Com relação ao n.º 1.º do artigo 2.º e tabella annexa:

«Propunho que sejam reduzidas a metade as taxas respectivas ás terras de 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem, que recadem sobre creados e cavalgaduras.»

E com relação ao n.º 2.º do mesmo artigo:

«Propunho que sejam eliminadas as palavras: «e 5\$000 réis nas terras de...»—*Rocha Peixoto.*

É admittida á discussão.

O sr. Lobo d'Ávila (sobre a ordem):—pediu a emenda para mandar para a mesa uma pequena emenda ao artigo 2.º, de accordo com as idéas emitidas pelo sr. relator da commissão.

«Casas de habitação» são todas as casas, e expressando-se o artigo d'esta sorte comprehende todas as casas, mesmo quando não habitadas. Para evitar que assim seja, o que lhe parece demasiado oneroso, propõe que se diga «casas habitadas» ou sejam pelo rendeiro ou pelo proprietario.

E pede licença para fazer agora algumas reflexões em referencia ao que disse o sr. relator da commissão.

O sr. relator da commissão converteu o creado em razão proporcional, porque um creado paga 1\$200 réis, dois pagam 3\$000 réis, tres 5\$000 réis, para o que não ha fundamento algum; mas o creado, assim convertido em ente arithmetico, não representa, na realidade, bem o seu papel. O proprio sr. deputado o demonstrou, porque, querendo reforçar a sua argumentação, disse que a renda ainda augmenta mais, porque uma casa que tem dois creados em logar de um, não se segue que tenha uma renda na proporção do augmento do numero dos creados, tem uma renda muito maior; e portanto o imposto não só não é progressivo, mas não é proporcional no sentido da riqueza, o que é um grave inconveniente.

O que tem a presumir, visto que estamos no terreno das presumpções, é a hypothese de que um proprietario rico que tem uma carruagem em uma terra de qualquer ordem, pôde pagar alguma coisa mais do que o homem que é obrigado a alajar-se com sua familia em uma casa da qual paga de renda 500 réis por mez; e então é melhor sobrecarregar alguma coisa sobre as carruagens que revelam riqueza, e aliviar na renda das casas, porque realmente a renda das casas de 5\$000 réis annuaes, não revela riqueza de qualidade alguma.

Attendendo a estas considerações e que mandou para a mesa as suas emendas, e agora manda uma outra que é a seguinte:

«Propunho que o § 2.º do artigo 2.º onde se diz «casas de habitação» se diga «casas habitadas»—*Lobo d'Ávila—Calça e Pina.*

É admittida á discussão.

O sr. Gavicho:—parece-lhe que os argumentos do sr. relator da commissão estão quasi todos respondidos, e por isso dirá poucas palavras.

O illustre deputado disse que este imposto era proporcional e que rejeitava o imposto progressivo, porque o verdadeiro imposto era o proporcional. Nisto está de accordo com s. ex.ª; mas qual era o indicativo da renda de um creado, de uma carruagem e de um cavallo? Não se sabe a relação em que estes indicadores estão, e então o legislador não sabe a verdadeira renda e por consequente o imposto que no projecto se lança é injusto e illegal.

Disse-se que é um imposto meramente sumptuario, mas o luxo é uma coisa que senão pôde conhecer, por que o que é luxo para umas terras é o necessário para outras. O luxo de hoje pôde mesmo ser o necessário para amanhã, porque o que era luxo ha alguns seculos está hoje abaixo do necessário. O luxo no seculo XIII foi uma necessidade nos seculos XVI e XVII, e o que então era luxo é hoje menos que o necessário. E se o luxo se não pôde conhecer como se ha de ferir pelo imposto?

Depois sendo apenas 180:000\$000 réis a somma em que se calcula este imposto, e indo elle ser abragado com tanta repugnancia pelas provincias, elle, orador, no logar do sr. ministro desistirá de semelhante cousa.

Tambem lhe parece que se não pôde tomar a base da renda das casas de 5\$000 réis nas terras de 4.ª e 5.ª ordem, porque habitações donde se pague semelhante renda, não são casas, são choças onde habitam homens ou pessoas que não podem pagar a contribuição, porque necessariamente são desgraçados ou vivem de esmolas, e por consequente o illustre relator da commissão ha de approvar a emenda d'elle, orador, ou estreitar esta base. Sustenta por tanto as suas propostas, e manda para a mesa mais a seguinte:

«Propunho que na tabella das taxas fixas haja uma redução de 30 por cento.»—*Gavicho.*

É admittida á discussão.

O sr. Nogueira Soares:—declara por parte da commissão que aceita, salva a redacção, a proposta do sr. Lobo d'Ávila, quanto a dizer-se «casas habitadas» em logar de «habitação» porque era esta a idéa da commissão e do governo.

O sr. Calça e Pina:—pede para retirar a sua segunda emenda quanto ao n.º 2.º do artigo 2.º, em vista da proposta mandada pelo sr. Lobo d'Ávila, que tambem assignou.

É retirada.

Posta a votação a eliminação proposta pelo sr. Rocha Peixoto, é rejeitada, e considera-se prejudicada a do sr. Lobo d'Ávila.

A proposta de eliminação do sr. Calça e Pina, é rejeitada.

Art. 2.º e n.º 1.º são approvados.

O n.º 2.º é approvado, salva a redacção.

A proposta do sr. Lobo d'Ávila, adoptada pela commissão, é approvada.

O additamento do sr. Calça e Pina, é rejeitado, e prejudicadas as substituições.

O artigo 3.º é approvado.

Entra em discussão o artigo 4.º

O sr. Pinto Coelho:—declara que tem a mandar para a mesa uma proposta para que aquelles individuos que tiverem qualquer vehiculo de condução, só paguem pelo tempo que fizerem uso d'elle, e não por seus mezes ou um anno.

O sr. Nogueira Soares:—observa que segundo a disposição do artigo 8.º, qualquer individuo para ser collectado é necessário que durante tres mezes tenha algum objecto que deva ser collectado; se o tiver no primeiro trimestre e não no segundo, não é collectado.

O sr. Pinto Coelho:—apesar do artigo 8.º não estar muito claro, contudo em vista da declaração do sr. relator da commissão, desiste de fazer a proposta que tinha annunciada.

O sr. Almeida Pessanha:—está certo de que a mente da commissão foi isentar do imposto todos os creados empregados na agricultura; mas se se disser, como se diz, no fim do n.º 2.º do artigo 4.º, creados de lavoura, não ficará o artigo bem expresso, porque em muita parte entende-se que creado de lavoura são sómente aquelles que trabalham com os bois; e portanto para tirar duvidas na execução da lei, manda para a mesa a seguinte emenda.

«Como emenda ao final do n.º 2.º do artigo 1.º proponho, que em logar das palavras «e os creados de lavoura» se diga «os creados empregados na agricultura.»—*João Pedro de Almeida Pessanha—F. D. de Sá—Bivar—Gavicho—Justino da Costa—F. L. Mousinho de Albuquerque—A. Zeferino Rodrigues.*

É admittida á discussão.

O sr. Pequito:—apesar de ter sido prevenido em parte pelo sr. Almeida Pessanha, manda para a mesa a seguinte proposta:

«Ao artigo 4.º

N.º 1.º Os creados empregados nos serviços da agricultura.

Passando o n.º 1.º do artigo a ser o n.º 2.º, e o 2.º o 3.º, eliminadas d'este as palavras finais «creados de lavoura.»—*A. Pequito Soares de Andrade—R. de C. M. Pitta—Rocha Peixoto.*

É admittida á discussão.

O sr. Pinto Coelho:—manda para a mesa uma proposta para ser eliminada do n.º 2.º do artigo 4.º a palavra «aluguer.» A isenção respectiva é certamente porque os donos das segas e carruagens de aluguer já são collectados pela contribuição industrial; mas a mesma razão existe em relação aos particulares que têm segas e carruagens suas para o seu proprio serviço, por isso que já são collectados pela contribuição predial ou pela industrial, ou por ambas; e portanto manda para a mesa a proposta que é a seguinte:

«Propunho a eliminação das expressões «de aluguer.»—*Pinto Coelho.*

É admittida á discussão.

O sr. Visconde de Pinella:—manda para a mesa um additamento ao n.º 2.º do artigo 4.º para serem comprehendidos na excepção os creados dos hospitaes e estabelecimentos pios.

O additamento é o seguinte:

«Art. 4.º

N.º 2.º—creados de lavoura e dos hospitaes e estabelecimentos pios, classificados como taes.»—*Visconde de Pinella.*

É admittida á discussão.

O sr. Nogueira Soares:—declara que a commissão e o governo aceitam as propostas dos srs. Almeida Pessanha e visconde de Pinella, mas não assim a do sr. Pinto Coelho pelas razões que expoz.

O sr. Pinto Coelho:—insiste novamente na sua proposta, e mostra a necessidade que ha d'ella ser approvada, e a justiça que havia n'essa mesma proposta.

O sr. José Estevão:—pugna pela conservação do n.º 2.º como elle está.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—manda para a mesa uma proposta de lei, para ser applicada para a fundação de um hospital destinado para o tratamento das creanças pobres enfermas, a parte da real quinta da Bemposta, que para isso for necessaria.

É enviada ás commissões de administração publica e de fazenda.

O sr. Arrobos:—pediu a palavra para fazer um requerimento antes de fechar a sessão, porque tendo a camara resolvido que se imprimissem os papeis que dizem respeito á questão de Solor e Timor, nos quaes não houvesse inconveniente, e este inconveniente era em relação á qualidade dos papeis; effectivamente imprimiram-se esses papeis, que foram contados distribuidos particularmente pela mesa a cada um dos srs. deputados. Porém, posteriormente á impressão d'esses documentos, vieram outros ha dois ou tres dias, que foram mandados pelo governo, e que estão sobre a mesa para poderem ser consultados pelos srs. deputados que os quizessem examinar; mas não é possível, em objecto tão importante como este, que se possam assim examinar devidamente taes documentos, o que só se poderá fazer tendo-os cada um dos srs. deputados em sua casa. Portanto, entende que, em conformidade da resolução da camara, os documentos que ultimamente vieram devem ser impressos; mas como deseja que n'este objecto tão grave se ande com toda a cautella e prudencia, pede ao governo que declare primeiramente se ha inconveniente na publicação pela qualidade dos papeis? Depois da resposta do governo verá se tem alguma cousa que propor.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—a prova de que não ha inconveniente de que sejam conhecidos pela camara os documentos a que alludiu o illustre deputado, está em ter o governo mandado esses mesmos documentos para a camara; portanto, todos os srs. deputados podem examina-los. O governo não fez monopólio d'elles, entregou-os ao exame da assembléa, e os srs. deputados que os quizerem ver e examinar podem fazê-lo. A questão é a demora de tempo na impressão. A prova de que estes documentos não são absolutamente indispensaveis para se poder apreciar este negocio, está em que as duas commissões, diplomatica e do ultramar, deram já parecer sobre a questão, independentemente do exame d'esses documentos que estão agora sobre a mesa.

O sr. Arrobos:—visto que o governo declara que não acha inconveniente na impressão pela qualidade dos papeis, e que foram mandados para a camara ter conhecimento d'elles, e os srs. deputados os vem e examinarem; como esse exame se não pôde fazer estando os papeis sobre a mesa da presidencia, mas tendo-os presentes em sua casa cada um dos srs. deputados para que possam fazer um exame seguro sobre objecto tão importante, qual é a venda de uma das nossas possessões, e em cumprimento da resolução da camara que determinou que todos os papeis relativos á questão de Solor e Timor fossem impressos não havendo inconveniente, por isso requer que seja cumprida a resolução da camara, mandando-se imprimir os papeis que estão sobre a mesa. Espera que a camara se não sujeitará a algum capricho reconsiderando a sua votação para que os papeis que estão sobre a mesa, relativos á importante questão de Solor e Timor, não sejam impressos. A camara tem bastante dignidade para resistir a esta pretensão, e, portanto, ha de manter a sua primeira resolução; e é o seu cumprimento que pede, e nada mais.

O sr. Presidente:—observa que a resolução da

camara já foi cumprida. A camara resolveu que fossem impressos, dos documentos que estavam na commissão a respeito da questão de Solor e Timor; aquelles em que não houvesse inconveniente; e até o illustre deputado, o sr. Arrobos, teve a bondade de se encarregar de notar aquelles que deviam ser impressos; effectivamente foram todos esses impressos; portanto a resolução da camara está completamente satisfeita (*apoiados*).

Porém ha dois ou tres dias vieram para a mesa, remetidos pelo governo, mais alguns documentos que estão na mesa á disposição dos srs. deputados que os quizerem examinar; e em quanto á impressão d'estes documentos, a camara resolverá o que entender a tal respeito, devendo contudo declarar novamente que a primeira resolução da camara está cumprida (*apoiados*).

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—o governo não tem a pretensão de pedir á camara que reconsidere a sua primeira resolução; pelo contrario deseja que essa resolução seja acatada como o tem sido; não quer que a camara volte atrás do que primeiro tem assentado sobre este assumpto. A camara não resolveu senão que fossem impressos os documentos que foram mandados para a mesa pelo governo; mas o governo apresentou depois d'isso os documentos, a que tem alludido o illustre deputado, que estavam na mão do governo; porém, que se acham ha dias na mesa para poderem ser examinados por todos os srs. deputados; e se por parte do governo houvesse duvida em que estes documentos fossem conhecidos pela camara, de certo não os teria mandado para a mesa.

A questão é unicamente se os documentos se devem ou não devem imprimir. O governo pela sua parte declara, que a unica razão por que contraria a impressão, é pela demora em se tratar d'esta questão; entendo portanto que ha inconveniencia na impressão unicamente debaixo d'este ponto de vista.

O negocio é urgente; a sua resolução já tem sido demorada, e mais se demorará com a impressão que se requer; e retardar por muito mais tempo a resolução definitiva d'este negocio, não o acha conveniente.

Além d'isto, que a importancia dos documentos não é tal como se quer inculcar; está em que duas commissões deram parecer sobre o assumpto, sem terem visto esses documentos, que aliás podem ser examinados na mesa por todos os srs. deputados que o quizerem fazer.

Entretanto a camara resolverá como entender mais conveniente.

O sr. Arrobos:—insiste em que se cumpra a resolução da camara, mandando-se imprimir os documentos que estão sobre a mesa, qualquer que seja a demora que haja n'essa impressão, que não pôde ser grande, porque na imprensa nacional ha bastantes

nas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Rebelo Cabral, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Calça e Pina, Neutel, Faria Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Feijó, Alarcão, José Maria de Abreu, Lacerda (D. José), J. M. da Costa e Silva, Frazão, Rojão, Silveira Menezes, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Luiz Albano, Rebelo da Silva, L. Pinto Tavares, Afonseca, Seixas Penetra, Azevedo Pinto, Pedro Jacome, Placido de Abreu, D. Rodrigo de Menezes, Simão de Almeida.

Proposta de lei autorizando a cobrança de direitos de portagem na ponte que em Villa Mea, no concelho de Amarante atravessa o rio Odras, apresentada pelos srs. ministros do reino e obras publicas em sessão de 18 do corrente.

Senhores:—Na construção da nova estrada entre Balthar e Amarante, os accidentes do antigo leito, que se não prestava ás condições técnicas actualmente exigidas nos regulamentos da direcção geral das obras publicas, deram em resultado a necessidade de abandonar e seguir com a nova estrada pela baixa da Senhora da Apparida, do que foi consequencia uma distancia muito maior entre os dois pontos de Penafiel e Amarante.

Esta circumstancia da maior distancia, e a de passar a antiga estrada real sempre por povoados abundantes em aguas e casas de refeiçao para os passageiros e gado, o que por ora se não dá pelo seguimento da nova estrada, atrahia para aquella todos os viandantes a quem a qualidade do transporte não compelle a transitar pela nova estrada, o que principalmente se dá na parte que vem da villa de Amarante a entrar na estrada nova ao sul da tapada de D. Luiz, na distancia de 12 kilometros.

D'esta preferencia resulta não só que todos os que seguem pela antiga estrada não pagam os direitos de portagem estabelecidos na moderna; mas tambem a completa ruina da antiga estrada, porque não sendo conservada pelo estado, por não se achar hoje comprehendida no systema geral de viação publica, tambem o não pôde ser na distancia de 12 kilometros e nas dimensões de uma estrada real a expensas do municipio.

A camara municipal da villa de Amarante ponderando este facto, e demonstrando a indispensavel necessidade de conservar aquelle meio de communicacão que todos os povos preferem, e cuja existencia é indispensavel para os povos das freguezias de Mancellos, Travanca, Real, Frigim, Athaide, e Oliveira, os mais abundantes e ricos d'aquelle concelho, pediu ao governo ser autorizada a estabelecer direitos de portagem na ponte sobre o rio Odras, situado na mesma estrada e na freguezia de Athaide.

Sendo, como é, a antiga estrada do dominio nacional e não do d'aquelle municipio, entende o governo que é conveniente estabelecer os direitos de portagem com applicação especial ao melhoramento e conservacão da mesma estrada e das que n'ella entram, obrigando-se a camara de Amarante ás despesas respectivas, e confiando-lhe para esse fim a administracão dos mesmos direitos com obrigacão de dar contas ao governo da applicação que lhes der. E por isso tenho a honra de submeter ao vosso exame a seguinte

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º Fica autorizada a cobrança de direitos de portagem na ponte que em Villa Mea, do concelho de Amarante, atravessa o rio Odras na antiga estrada, que principia na villa de Amarante e vae entrar ao sul da tapada de D. Luiz na estrada moderna.

§ unico. Estes direitos serão regulados pela tabella n.º 2 que faz parte da carta de lei de 22 de julho de 1850, guardando-se porém na percepção d'elles as isenções estabelecidas no artigo 11.º da mesma lei.

Art. 2.º A arrecadação e administracão d'estes direitos fica a cargo da camara municipal do concelho de Amarante, ficando a mesma obrigada a todas as despesas de construcção e conservacão da mesma estrada.

§ unico. A camara municipal dará anualmente contas ao governo da sua administracão.

Art. 3.º Fica revogada toda a legislacão em contrario.

Ministerio das obras publicas, 18 de junho de 1860.—Antonio Maria de Pontes Pereira de Mello —Antonio de Serpa Pimentel.

Projecto de lei autorizando o governo a fundar conventos de missionarios nas possessões ultramarinas, apresentado pelo sr. Arrobas em sessão de 19 do corrente.

A cruz, esse symbolo sagrado, que ao lado da espada, com tanto esplendor, levou até aos inhospitos sertões de Africa e ainda alem dos mares nuncas dantes navegados o estandarte das quinas portuguezas, que tão amplamente espalhou a luz do evangelho a par da gloria e do formidavel poder de nossos antepassados, jaz hoje derribada e quasi esquecida em muitos d'esses campos de tamanha gloria em que esta nação conquistou o merecido titulo de fidelissima.

Tambem por isso a espada dos descendentes d'esses grandes conquistadores e civilisadores que nos precederam, agora desacompanhada do invencivel poder do missionario, já mal pôde sustentar essa influencia de que ainda dispomos, como legado de antigas tradições e de sympathia religiosa d'esses povos a quem o balsemo da religião de Christo foi ministrado por mãos de sacerdotes portuguezes.

Este infeliz estado não pôde continuar por mais tempo: os deveres do padroado, o pundonor nacional, e a necessidade e dever de conservar esses dominios ultramarinos, principal recurso de futura prosperidade e de independencia nacional, nos obrigam a quanto antes fazer cessar o correr de desastres que necessariamente nos levarão a um fatal declinencia da crise, que está imminente para as nossas provincias ultramarinas, provocada pela nossa indifferença de tantos annos.

E não ha tempo a perder: o padroado portuguez no Oriente já perdido em boa parte corre grande risco de perder-se de todo, se as cousas continuarem como vão.

Na Africa, aonde verdadeiramente está o futuro de Portugal, ali então é que perigosamente os nossos dominios são por todos os modos ameaçados: missionarios de diferentes religiões percorrem as nossas possessões, procurando afastar a verdadeira luz do evangelho, que com tão grandes sacrificios nossos maiores levaram aquellas paragens; por outro lado a propaganda vae infallivelmente invadir os nossos dominios africanos, se as cousas entre nós por mais tempo seguirem o caminho que levam.

Se assim acontecer resultará que, desviadas para o estrangeiro as sympathias d'aquelles povos, em pouco tempo acabará de facto a nossa soberania n'essas possessões.

Debalde o governo tem offerecido importantes vantagens para que o sufficiente numero de religiosos seculares se preste a ir missionar na Africa; o clero instruido e morigerado é insufficiente para supprir as igrejas na metropole, e alem d'isso não apresenta grandes tendencias para os riscos do martyrio, nem mesmo da febre pernicioso na costa de Africa.

E esta uma das razões por que os estabelecimentos de instrucção ecclesiastica em Portugal não têm produzido os desejados resultados em relação ás missões ultramarinas.

Cumpra pois estabelecer com mãos largas essa instrucção por meios mais adequados, com o fim de obter bons missionarios; mas isso só se consegue quando a instrucção religiosa for ministrada nas proprias provincias em que os estudantes houverem de servir depois como missionarios. E poderá prover-se proficuamente ao serviço das missões, á formação dos missionarios e instrucção religiosa dos povos ultramarinos nas proprias localidades com o clero secular? A experiencia tem cabalmente demonstrado que não: os soffrimentos e os riscos a que o missionario tem de sujeitar-se nos sertões de Africa, sem a compensação de vantagens pessoas correspondentes, exigem da parte do ecclesiastico uma extraordinaria abnegação e desapego das cousas mundanas, e alem d'isso a instrucção e a educação religiosas adequadas a tão difficil mister: ora, sem duvidar de que taes qualidades possam encontrar-se em alguns clérigos seculares, é certo contudo que até hoje raros são os que se têm apresentado para fazer este grande serviço a Deus e á sua patria; o ecclesiastico regular, porém, sujeito aos preceitos do convento, ligado pelo seu voto, absolutamente subordinado ao seu superior, e separado das cousas mundanas, tem de dedicar a sua existencia ao serviço das missões e da instrucção publica; alem d'isso o estímulo, o amor de corporação, e a certeza de encontrar no convento uma verdadeira familia e um seguro asylo para o descanso das fadigas, e para o tratamento das doenças adquiridas nas missões; a certeza de uma melhor collocação, e mesmo da secularisação, querendo-a depois de feitos longos e relevantes serviços á religião e á patria; são realmente condições que a razão mostra serem sufficientes para produzir optimos resultados.

O ensino ecclesiastico estabelecido no ultramar com professores seculares, alem de custosissimo, se não é impossível, pela extrema difficuldade de encontrar pessoas competentemente habilitadas que se sujeitem a uma prolongada residencia em climas tão mephiticos, não é acompanhado da educação especial que deve ter o ecclesiastico para ser um bom missionario.

O convento de missionarios, porém, resolve completamente todas estas difficuldades. Por tão poderosas razões é que, cheio da convicção de quem já governou uma provincia ultramarina e estudou na propria localidade as suas necessidades, venho hoje, como christão e portuguez, ao seio de um parlamento composto de christãos e portuguezes, propor a creação de alguns estabelecimentos religiosos no ultramar, como o principal meio para salvar os nossos dominios africanos e o padroado no Oriente.

Desejo que haja religiosos regulares em nossas possessões ultramarinas para sustentar as missões, porém religiosos que sejam do seu seculo, que cumpram os seus deveres, que correspondam ás necessidades religiosas do tempo, que evangelisem os povos do sertão, que prestem aos das cidades e outras povoações importantes uma educação religiosa e uma instrucção litteraria como convém, como é indispensavel, se quizermos que da coroa portugueza não sejam em breve arrancados estes brastes tão nobres da sua gloria, estas joias tão preciosas da sua grandeza, estes fundamentos tão solidos da sua independencia, porque Portugal, esta pequena orla de terra nas praias do Oceano, deixará de ser nação no dia em que perder as suas possessões do ultramar.

Em toda a França e na Inglaterra se estão offerecendo missionarios para irem ás nossas possessões, e nas de Moçambique já lá está talhando a estrada segura, por onde a usurpação estrangeira ha de lavar: afastemos este grande perigo, cumprindo deveres de christãos e portuguezes, que temos deixado de cumprir em relação á instrucção religiosa do ultramar. Estabeleçam-se com regularidade as missões no ultramar. Isso, porém, só o julgo realisavel com a existencia de conventos de missões nas proprias localidades, como tenho a honra de propor-vos no seguinte

PROJECTO DE LEI

CAPITULO I

Artigo 1.º É o governo autorisado a fundar em as nossas possessões ultramarinas cinco conventos de missionarios; a saber: dois no Oriente, um em Moçambique, um em Angola, e outro no archipelago de Cabo Verde.

Art. 2.º Estas fundações terão por fim:

1.º Abrir aulas de ensino secundario e de theologia.

2.º Missionar os povos das suas respectivas provincias.

3.º Parochiar as igrejas e coadiuvar os parochos em caso de necessidade.

Art. 3.º Cada convento não poderá admitir mais de trinta religiosos.

Art. 4.º Ninguém será admittido á profissão religiosa antes dos vinte e cinco annos de idade, mas poderá entrar para o convento, e fazer o seu noviciado, tendo dezesseis annos.

Art. 5.º Pedir-se-ha a sua santidade, que mande os padres necessarios para fundadores, se em Portugal não houver alguns que queiram fazer este serviço á igreja e ao estado.

Art. 6.º Os conventos não formarão provincia, e ficarão sujeitos ao prelado diocesano.

CAPITULO II

Art. 7.º Os conventos serão edificadros por conta do governo, e ficarão desde logo considerados como bens nacionaes; e a cargo das obras publicas nas respectivas provincias a reconstrucção e concertos importantes, e que excederem metade da verba arbitrada para os reparos.

Art. 8.º A cada um dos conventos dará o governo da provincia a quantia annual de 100,000 réis por cada religioso, que n'ella habitar ou andar em missão, mais 100,000 réis para livros, e 200 réis annuaes para despesas do culto e pequenos reparos do edificio.

§ 1.º O governo fornecerá a cada um dos conventos no acto do seu estabelecimento uma livraria regular e competente, para o fim a que os mesmos conventos se destinam.

§ 2.º Os religiosos que estiverem parochiando venerão a congrua arbitrada ao parochos da igreja e seus respectivos benesses.

§ 3.º Os religiosos nunca poderão ser collados nas igrejas antes da sua secularisação.

Art. 9.º Os conventos e os seus religiosos não poderão possuir bens alguns de raiz, mas a sua dotação poderá ser constituída em fundos publicos, qualquer que seja a sua denominação futura.

Art. 10.º Não poderão tambem aceitar heranças ainda que a titulo de suffragios de missas quotidianas, ou outros quaesquer legados pios, que excedam a quantia de 200,000 réis em moeda forte do reino.

Art. 11.º Cada convento poderá possuir junto ou proximo um terreno para horta, pomar e recreio honesto dos religiosos.

Art. 12.º Nos conventos será guardada a clausura na conformidade do concilio de Trento; e só poderão entrar no interior d'elle:

1.º O prelado da diocese e o seu sequito.

2.º O governador geral e o seu sequito.

3.º O parochos e clero da freguezia aonde estiver situado o convento.

4.º Os membros do cabido.

5.º As autoridades militares, administrativas e judicias em serviço.

6.º As pessoas que obtiverem licença do prelado da diocese.

7.º Os viajantes.

CAPITULO III

Art. 13.º Aos prelados das diferentes dioceses pertencerá a inspecção sobre os estudos, distribuição das cadeiras, que nunca poderão ser menos de sete, e a escolha dos compendios, tudo sujeito á approvação do governo do estado.

§ unico. O governador geral poderá exigir os esclarecimentos que julgar necessarios para conhecer o estado do progresso ou decadencia dos estudos, da policia das aulas e dos methodos de ensino; mas a sua correspondencia será directamente com o prelado da diocese.

Art. 14.º As escolas serão publicas, e n'ellas se dará ensino gratuito a todos os que se apresentarem devidamente habilitados.

§ unico. Um regulamento especial determinará o modo de admissão dos alumnos, as horas das aulas, a fórma dos exames, o tempo das ferias, e tudo o mais que respeita á boa direcção dos estudos.

Art. 15.º Os exames feitos nos conventos das disciplinas que ali se ensinarem servirão de habilitação para a ordenação.

CAPITULO IV

Art. 16.º A escolha dos missionarios pertencerá ao superior de cada convento; mas os prelados poderão escolher as localidades das missões, e determinar o tempo em que devem ser feitas e a sua duração.

Art. 17.º Poderão ser mandados para as missões tantos religiosos quantos se julgarem necessarios, mas sem prejuizo do ensino que elles são obrigados a dar, e que nunca excedam o numero de metade dos religiosos de que effectivamente for composta a communidade.

Art. 18.º As despesas das jornadas e sustento dos religiosos que forem mandados para as missões ficarão a cargo dos respectivos conventos.

Art. 19.º É expressamente prohibido aos religiosos, ou estejam no convento ou nas missões, intro-metterem-se nos negocios seculares, commerciar, tratar de eleições, administrar bens de outros, aceitar tutorias, ou terem qualquer outra gerencia pela qual possam ser obrigados a comparecer perante os tribunales de justiça.

CAPITULO V

Art. 20.º No caso de extincção dos conventos, o governo assegurará a cada um dos religiosos, então existentes nos conventos, uma pensão annual de réis 80,000.

Art. 21.º O religioso, que tiver ensinado ou missionado durante o espaço de vinte annos, poderá obter a sua secularisação e terá direito com preferencia a um beneficio canonical em alguma das sés do reino e ilhas adjacentes, ou a uma pensão de réis 120,000 annuaes.

Art. 22.º Ao missionario, que tiver ensinado ou missionado durante o espaço de trinta annos e tiver mais de sessenta annos de idade, será dado um beneficio canonical nas sés de Lisboa, Porto, Evora ou Braga, ou uma pensão annual de 200,000 réis á sua escolha.

CAPITULO VI

Art. 23.º O prelado da diocese presidirá á eleição do prior do convento e dos seus officiaes, e poderá suspender-lo de suas funcções com audiencia d'elle e sob consulta do seu cabido, havendo-o.

Art. 24.º A economia e direcção interna da communidade pertencerá exclusivamente ao prior do convento, que no fim de cada anno sujeitará ao exame e approvação do prelado da diocese as contas da sua gerencia.

Art. 25.º Fica revogada a legislacão em contrario.

Sala das sessões da camara dos srs. deputados, em 19 de junho de 1860.—O deputado por Cabo Verde, Antonio Maria Barreiros Arrobas.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 17 do corrente, e de Paris até 14.

—A Correspondencia de Espana publica os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Marselha, 14 de junho.—O jornal *Portafoglio* diz que partiram para Napoles muitos navios inglezes. Não se confirma a noticia de que a Russia dirigira segredos nota á Porta, relativamente ás queixas dos christãos.

O grão-vizir levou na sua companhia cincoenta empregados para o coadiuvarem na sua missão. Diz-se em Constantinopla, que vae partir para a Asia outra missão turca.

Bulwer declarou energicamente ao sultão, que devia evitar a continuacão de certos abusos, se desejava obter a protecção de Inglaterra. O sultão ouviu com benevolencia as reflexões do embaixador inglez, e, segundo affirmam alguns jornaes tuercos, até lhe enviou o seu retrato.

Paris, 14.—Um dia magnifico favoreceu hoje os festejos nacionaes, e a brilhante revista passada pelo imperador.

Os jornaes de Turim dizem que o papa constituiu uma commissão de saude publica, cujos principaes membros são: o principe Sabatini Merode, Sivilia Loschiari, e Lamoriciere.

Os jornaes francezes continuam adoptando uma linguagem hostil ao rei de Napoles.

Baden, 16.—O principe regente e outros soberanos, diz o *Moniteur*, foram hontem visitar o imperador, e este foi immediatamente pagar-lhes a visita. Todos os soberanos e principes jantaram hoje (16) com o grão-duque.

Roma, sem data.—Affirma-se que o governo piemontez declarou que impedirá qualquer invasão nos estados pontificios, a não ser em caso de declaracão de guerra.

Londres, 14.—Diz-se que vae ser mandado para Roma um ministro plenipotenciario. A escolha, segundo parece, recairá em sir Otway, que está actualmente em Milão.

Napoles, 12.—Espalhou-se o boato de que tinham desembarcado 2,000 calabrezes, que seguiam o movimento de Garibaldi.

FRANÇA

N'este imperio vae ser creada uma nova divisão militar, que formará a 22.ª, que terá a sua capital em Grenoble. A sub-divisão militar de Annecy e a de Chambéry (Saboya) ficarão dependentes da divisão militar de Grenoble; e a de Nisa, da divisão militar do departamento de Var.

(La Correspondencia de Espana.)

SICILIA

Na Presse de 12 do corrente lê-se o seguinte:

«A parte que os inglezes poderam tomar na capitulação de Palermo não está ainda perfectamente explicada. Todos admittem hoje que elles não occuparam o forte de Castellamare, porém sustentam-se que uma clausula pedida e aceita pelas duas partes lhes conferia o direito de occupação. Este incidente continua a conservar um caracter enigmatico, e occupa um lugar importante n'uma correspondencia da *Independence Belge*, escripta quando se suppunha que os inglezes tinham realmente occupado o forte. A correspondencia, a que alludimos, sustenta que foi esse facto, hoje desmentido, que deu lugar a que o governo francez reforçasse as forças que tinha nas aguas de Napoles.

«A mesma correspondencia sustenta que a Russia vê com grande desprazer tudo o que se passa no reino de Napoles, e que essa potencia deseja que a França exerça a sua acção diplomatica no sentido da ordem e do respeito devido á autoridade.»

—Consta das ultimas noticias da Sicilia que Garibaldi continuava organizando o seu governo com a maior actividade. Alem de outras medidas mais ou menos importantes, que tem adoptado, parece certo que elle resolveu dividir pelos voluntarios que o seguiram, e a gente pobre que tomou parte na insurreicão, as terras communaes e as que dependem dos dominios da coroa.

(La Correspondencia de Espana.)

NAPOLES

No dia 7 do corrente chegou a Napoles o vapor *Etna*, levando a bordo o ultimo comboio de soldados que ficaram feridos em Palermo. Os hospitaes d'esta ultima cidade foram já completamente evacuados.

No posto militar de Napoles continua a notar-se a maior actividade.

No dia 7 parti, não se sabe para onde, a fragata *Fulminante*, com a bandeira do vice-almirante Roberti.

Parece que foi esta fragata a que capturou um navio que levava reforços a Garibaldi.

(La Correspondencia de Espana.)

—Temos á vista o texto do protesto entregue ao general commandante da praça de Syracusa, pelos consules e vice-consules, quando ultimamente ali foi committido o attentado contra a pessoa da mulher do vice-consul da Inglaterra, que foi gravemente ferida pelos soldados que, á força, se introduziram na casa consular.

Este documento é concebido nos termos seguintes:

«O vice-consul inglez em Syracusa, ao marechal commandante da praça de Syracusa.

«Os vice-consules abaixo assignados, reunidos no palacio consular britannico, expõem o seguinte:

«Um facto grave nos veio contristar. Ninguém podia esperar que se commettesse um tão grande excesso, que provocou a indignação geral.

«Um cabo e tres soldados, que saíram ameaçadores do corpo da guarda *Fontana Aretusa*, dirigiram-se para a casa d'este vice-consul, querendo invadi-la. Violaram o domicilio do consul, e depois de arrombarem a porta, dispararam tres tiros contra a mulher do vice-consul, que ficou gravemente ferida, em quanto seu marido era ameaçado com a morte.

«No meio da tranquillidade de que até hoje temos gosado, e graças ás prudentes medidas que foram adoptadas, lisongevamo-nos de estar em segurança nos nossos domicilios e nos nossos palacios consulares. Depois de um tão triste acontecimento realisado no asylo inviolavel de um destes palacios, nenhum de nós pôde gozar de completa segurança, nenhum cidadão pacifico pôde ter a certeza de viver socoçado em sua casa.

«É verdade, como se disse verbalmente, que semelhante excesso não é o resultado de uma ordem official superior; nós o repetimos: sempre foram dignos dos maiores elogios as medidas adoptadas, porém este doloroso acontecimento ameaça a nossa segurança e assusta as nossas familias.

«A nossa manifestação seria incompleta se omitissemos notar que este attentado insolito é a consequencia do apparato militar intempestivo que se ostenta n'esta cidade, onde as tropas e as peças de artilheria estão amontoadas na praça de Dôme.

«Mandando percorrer desde hontem as ruas da cidade por numerosas patrulhas, o marechal teve occasião de se convencer das boas disposições de um povo que, não obstante professar a maior dedicacão pela causa nacional, se conserva tranquilo e paciente expectador dos acontecimentos politicos. Respondem-se á tranquillidade publica por preparativos hostis que não foram a consequencia legitima de provocações, porque as não houve, e que não podem alliar-se com a razão reflectida de que o general tantas provas tem dado n'esta cidade, sendo de esperar que elle providencie com urgencia sobre o que lhe apontamos, recebendo desde já a expressão dos nossos cordiaes sentimentos.

Syracusa, 24 de maio de 1860.—(Seguem as assignaturas dos vice-consules inglez, francez, austriaco, russo, neerlandez, e do delegado consular da Sardenha.)

O protesto que deixamos transcripto foi entregue pelo corpo consular ao marechal commandante do exercito, e este, declarando que sentia o maior pesar pelo procedimento dos militares, ordenou immediatamente que, tanto o cabo como os soldados criminosos, fossem julgados por um conselho de guerra.

(La Presse.)

CONFEDERAÇÃO GERMANICA

Os jornaes allemães occupam-se quasi exclusivamente da proxima entrevista do imperador dos francezes e do principe regente da Prussia, porém não dão informações precisas sobre este interessante assumpto. Não sabem ainda se o principe regente será acompanhado de um ou de muitos dos seus ministros, e se os outros soberanos allemães, que devem encontrar-se em Baden com o regente, assistirão á entrevista. Parece não haver duvida de que estes soberanos são o rei da Baviera e do Wurtemberg, os grão-duques de Baden e de Hesse-Darmstadt. A iniciativa d'esta especie de congresso pertence, como se sabe, ao rei da Baviera, a quem se attribue a louvavel intenção de reconciliar os diversos interesses da confederacão, sem que se possa dizer ainda a favor ou em prejuizo de que idéas se deve operar a reconciliação.

(La Presse.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTITUTO D. LUÍZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
JUNHO-20	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	753,66	18,8	72,7	NNO.
3 t.	753,79	20,3	56,0	NNO.

DIA 19.	21.0 C.
Maxima—temperatura	16.3
Minima	4.5
Ozone (de dia)	5.5
Chuva (ndometro)	7.0 Mil.
Evaporação (vapormetro)	2.8
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 20 de junho—3 por cento consolidado a 49,80—3 dito differido a 39,85.

Bolsa de Paris, em 20 de junho—3 por cento francez a 68,55—4 1/2 dito a 96,90.

Bolsa de Londres, em 20 de junho—Consolidados de 93 1/2 a 93 3/8.

AVISOS

SOCIEDADE PROTECTORA DOS ORPHãos DESVALIDOS DAS VICTIMAS DA CHOLERA MORBUS EM 1856 E DA FEBRE AMARELLA EM 1857

O cofre d'esta sociedade acaba de receber o donativo de 100,000 réis, com que Sua Magestade Imperial a duquesa de Bragança se dignou brindar a mesma sociedade pela feliz noticia do nascimento da sua augusta bisneta, filha de sua alteza a infanta D. Maria Anna e do principe Jorge de Saxonia.

SOCIEDADE DAS SCIENCIAS MEDICAS DE LISBOA

Quinta-feira 21 do corrente, pelas oito horas da noite, haverá sessão. Ordem da noite: continua a discussão da questão medico-legal, apresentada á sociedade por um advogado da capital.

Secretaria da sociedade, 19 de junho de 1860. —O 1.º secretario, Alves Branco.

CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

Quinta-feira 21 do corrente, ás oito horas e meia da noite, reúne a assembléa geral. Ordem da noite: discussão de uma proposta do sr. Patricio Alvares para que sejam interrompidas as sessões durante a estação calmosa.

Sala das sessões, 19 de junho de 1860.—O vice-secretario, José Manuel de Abreu.

EMPRESTIMOS SOBRE PENHORES

No escriptorio do monte pio geral da marinha, junto á entrada principal do arsenal, empresta-se dinheiro sobre penhores de ouro, prata, joias, inscripções, e acções do banco ou de companhias.